

O CONTROLE DA GOVERNANÇA DA INTERNET: A REARTICULAÇÃO DO DISCURSO NAS REDES SOCIAIS

Hindenburg Francisco Pires
Instituto de Geografia da UERJ

O Controle da Governança da Internet: A rearticulação do discurso nas redes sociais (Resumo)

A partir dos pontos de vista antagônicos e assimétricos de atores vinculados à governança da internet, o propósito dessa pesquisa é responder as seguintes questões: Quem são esses atores? Como está sendo produzido o discurso hegemônico? Como está acontecendo o embate e a produção do dissenso nas redes sociais? Assim, os objetivos desse trabalho são, em primeiro lugar, demonstrar como ocorre, nas redes sociais, a articulação dos atores responsáveis pelo controle da governança da Internet e, em segundo lugar, analisar a produção do discurso hegemônico para a manutenção do status quo da governança da Internet. Para alcançar essas metas, serão analisados alguns documentos produzidos em oficinas e grupos de trabalhos dos seguintes eventos: a) Fórum da Governança da Internet – (IGF), organizada pela ONU e realizado em Baku (Azerbaijão) no período de 6 a 9 de Novembro de 2012; b) Conferência Mundial de Telecomunicações Internacionais (WCIT), organizada pela União Internacional de Telecomunicações e realizada em Dubai (Emirados Árabes Unidos), no período de 3 a 14 de dezembro de 2012; e c) Encontro Multissetorial Global sobre o Futuro da Governança da Internet – (NetMundial), organizada pela Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números - ICANN, apoiado pelo Comitê Gestor da Internet do Brasil, realizado nos dias 23 e 24 Abril de 2014, em São Paulo- São Paulo, no Brasil. O discurso desses documentos oficiais, resultantes desses eventos internacionais, será comparado com o de outros setores das redes sociais vinculados à sociedade civil e aos governos que não estão sendo contemplados, uma vez que, embora os atores participantes de algumas das listas de discussão apresentem propostas alternativas viáveis à governança da internet, a produção de propostas, oriunda dessas redes sociais e dos fóruns desses eventos internacionais, não vem sendo contemplada para a consecução efetiva de uma governança multilateral.

Palavras Chaves: Controle da Governança da Internet, Redes Sociais, ICANN, IGF, WCIT, NetMundial.

The Control of Internet Governance: The rearticulating of discourse in social networks (Abstract)

From the antagonistic views and asymmetric actors related to Internet governance, the purpose of this research is to answer the following questions: Who are these actors? How is taking the hegemonic discourse? How is production going on dissent in social networks? The objectives of this study are, first, to demonstrate how it happens, in social networks, the articulation of those responsible for the control of Internet governance actors and, second, to analyze the production of hegemonic discourse to maintain the status quo of Internet governance. To achieve these objectives, we analyze some of the documents produced in the workshops and working groups of the following events: a) Internet Governance Forum – IGF, organized by the UN and held in Baku (Azerbaijan) from 6 to November 9, 2012; b) World Conference on International Telecommunications (WCIT), organized by the International Telecommunication Union and held in Dubai (United Arab Emirates), 3 to December 14, 2012, and c) Global Multistakeholder Meeting on the Future of Internet Governance (NetMundial), organized by the Brazilian Internet Steering Committee, held in 23 and 24 April 2014 in São Paulo, Brazil. The discourse of these official documents, resulting from such international events, will be compared with other sectors of social networks linked to civil society and governments that are not being met because, although participants of some of the mailing lists present viable alternatives to Internet governance proposals, the production of proposals that arise in these social networks and forums of international events, has not been included for the effective achievement of multilateral governance.

Keywords: Control of Internet Governance, Social Networking, ICANN, IGF, WCIT, NetMundial.

Extrapolando a dimensão do ciberespaço, o discurso hegemônico da governança na internet (GI) vem sendo veiculado nas mídias (televisiva e impressa) como um posicionamento único, formulado pelo consenso.

Em 2012, esse modelo de GI, mantido pelos EUA, através de um controle excessivo e unilateral, passou a ser questionado por vários Estados nacionais que se definiram como excluídos dos processos de decisão e do crescimento atual da Internet, além de terem percebido que suas soberanias vêm sendo ameaçadas.

Buscando alterar esse contexto de pseudo-representação e de sub-representação, foi convocada a Conferência Mundial de Telecomunicações Internacionais (WCIT), organizada pela União Internacional de Telecomunicações para se debater os rumos e o futuro da Internet.

Alguns atores e membros representativos do status quo da Internet, tais como: Internet Society (ISOC), Internet Engineering Task Force (IETF), World Wide Web Consortium (W3C), Registros Regionais de Internet (RIRs), Corporação da Internet para Atribuição de

Nomes e Números (ICANN) e Google se rebelaram contra a convocação desta conferência, argumentando que o futuro da internet livre e democrática estava sob ameaça. Assim, uma batalha ideológica para inviabilizar a WCIT foi deflagrada, os setores encarregados de organizar esse evento foram desestimulados e acusados de promoverem a fragmentação da Internet.

Mas, os inúmeros documentos secretos, considerados restritos, vazados por Edward Snowden em junho de 2013, comprovaram que os EUA, através da Agência de Segurança Nacional (NSA), praticavam vigilância, espionagem e violações contra a privacidade, às liberdades civis, os direitos humanos e aos direitos internacionais das empresas e nações.

O debate sobre esse controle e a não legitimidade do modelo atual de GI, mantido pelos EUA através da ICANN e do setor militar, ganhou destaque na mídia internacional, quando setores vinculados a governos, à sociedade civil e à opinião pública tiveram acesso aos documentos secretos vazados porque também muitos desses documentos foram amplamente divulgados por representantes do jornalismo investigativo internacional dos jornais The Guardian e The Washington Post.

Essas denúncias comprovaram a existência de inúmeras práticas ilegais de vigilância em massa na Internet, efetuadas pela *National Security Agency* – NSA (Agência Nacional de Segurança) e também por agências de inteligência de outros países como: Alemanha, Austrália, Canadá, França, Nova Zelândia e Reino Unido.

Essas denúncias contradizem o discurso hegemônico de segurança e confiabilidade, mantido pelo atual modelo de GI, apresentado por representantes governamentais e convidados que vêm participando de conferências, encontros e fóruns internacionais, realizados e financiados pela ICANN.

Esse discurso e suas variações estratégicas, embora tenham sido formulados em contextos distintos, em algumas circunstâncias são concomitantemente articulados, por gestores que perpassam governos e orientações políticas diferenciadas, e passam a ser formulados para a construção de novos sentidos e também o fortalecimento dos atos do poder e seu controle.

A análise desses contextos, dos atores e da produção desses discursos podem elucidar as estratégias para a manutenção do modelo para o controle da GI.

O controle do “*ecossistema*” de governança da Internet pelos EUA

O modelo atual de controle da GI vem sendo comandado por mais de 59 atores¹ que exercem 44 atividades² a partir de seis funções estratégicas. Esses atores, também

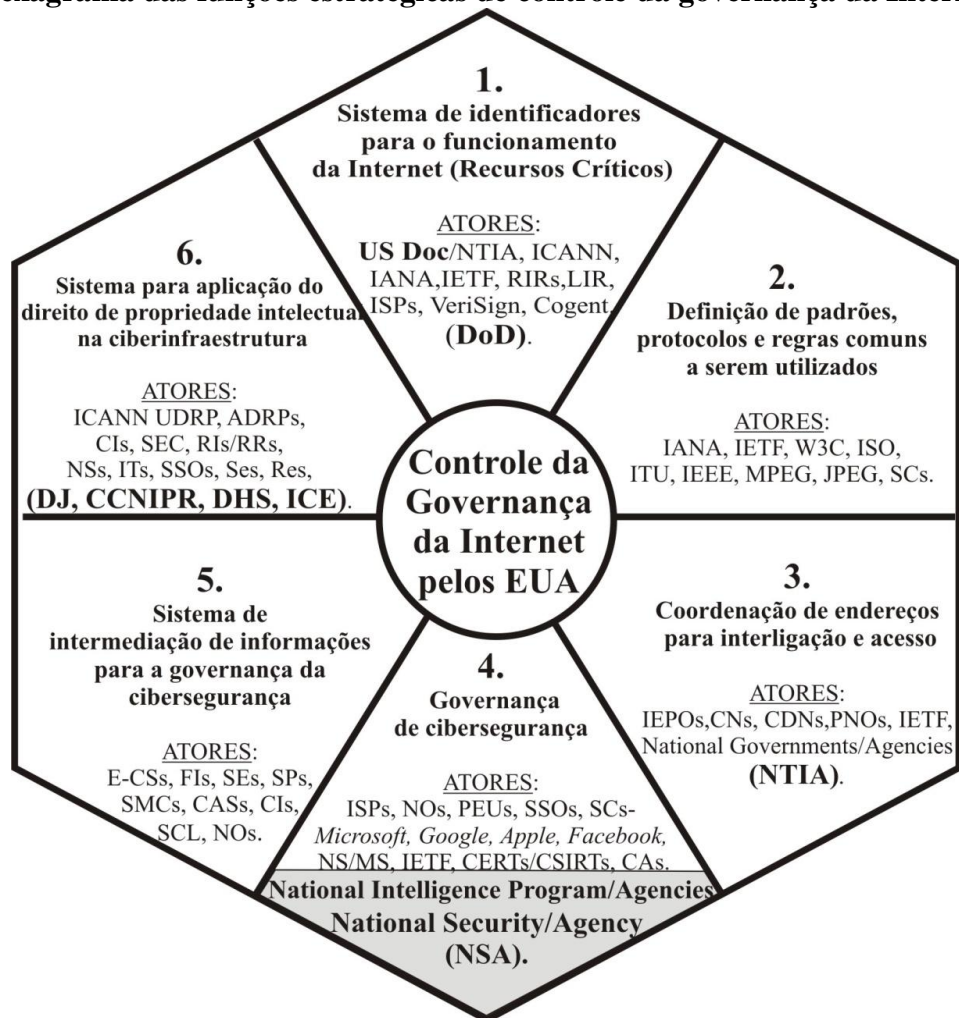
¹ A sigla dos atores por funções estratégicas presentes no hexagrama pode ser encontrada no final do artigo no ANEXO 1.

² Para elaboração desta parte do artigo tomei como referência de pesquisa o artigo de Laura Denardis e Mark Raymond *Thinking Clearly about Multistakeholder Internet Governance*, 2013.
<http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2354377>

chamados de *stakeholders*, majoritariamente vinculados à esfera política de decisão e influência do Governo dos EUA, constituem o *status quo* da Internet.

Pelo fato dessas atividades poderem ser descritas a partir dessas seis funções estratégicas ou seis sistemas estratégicos interoperáveis, os especialistas na área de GI estão denominando “*Ecossistema da Internet*” a esse arranjo dessas seis funções estratégicas ou a combinação desses seis sistemas de ações.

Figura 1.
Hexagrama das funções estratégicas de controle da governança da Internet



Elaboração própria, 2014. Conferir as Siglas dos Atores no ANEXO 1.³

Nas seis funções estratégicas e necessárias para governança global da Internet, o Governo dos EUA desempenha o controle das seguintes atividades: 1) Gestão do sistema dos identificadores para o funcionamento da Internet, também conhecido como recursos críticos da Internet; 2) Definição dos padrões, protocolos e regras a serem utilizados pela Internet; 3) Coordenação do sistema de endereços para interligação e acesso de pontos e redes; 4)

³ A sigla dos atores por funções estratégicas presentes no hexagrama pode ser encontrada no final do artigo.

Definição de políticas para a governança de cibersegurança global da rede; 5) Intermediação do sistema de informações para a governança da cibersegurança; 6) Sistema para aplicação na Internet dos direitos de propriedade intelectual, dos direitos de uso de marca definidos pelo sistema de patentes.⁴

Para explicar ao leitor como se realiza essas funções estratégicas e quais são as atividades exercidas pelos *stakeholders* no planejamento do controle da governança da Internet, elaborei a partir da figura de um hexagrama, uma representação da estrutura de controle da GI, mantido pelos EUA, que será detalhada a partir de sua enumeração (Figura1).

Sistema dos identificadores para o funcionamento da Internet

Antes do surgimento da ICANN, esta área estratégica era mantida pela *Internet Assigned Numbers Authority* - IANA, sob a supervisão de Jon Postel, como será analisado mais à frente. Com a criação da ICANN, em 1998, uma nova divisão de trabalho passou a ser desenvolvida para dar conta do controle de quatro funções estratégicas da “infraestrutura crítica” da Internet: a) a gestão dos servidores da zona raiz (DoC e NTIA); b) a supervisão dos nomes e números (ICANN, IANA e DoC); c) a definição de operações técnicas internas à zona raiz da Internet (VeriSign, Congent e DOD); d) a autenticação de segurança dos registros de DNS (VeriSign).

Nesta divisão de trabalho, os atores que possuem uma interface mais próxima dos setores vinculados ao mercado de concessão de DNS, ficaram com a responsabilidade de desempenhar cinco operações de caráter político: a) a aprovação dos novos domínios de nível superior e leilões de novos gTLDs (ICANN); b) a distribuição de endereços dos protocolos da Internet - IPs (ICANN); c) a regionalização e a distribuição geográfica de endereços de domínios (IANA, RIRs, LIRs, NIRs, ISPs); d) a autonomização de sistema regionais de distribuição de nomes e números (IANA e RIRs); e) assinatura de registros nomes de domínio (IRs).

No período atual, a gestão do sistema de identificadores e a concessão de nomes e domínio para o funcionamento da Internet, praticamente são administrados por onze atores que desempenham o controle político de suas funções estratégicas globais.

Definição dos padrões, protocolos e regras a serem utilizados pela Internet

Esta área estratégica é um resultado do aprimoramento dos processos de concepção realizado historicamente por três importantes atores da Internet, a IANA, a IETF e o W3C.

As regras e padrões utilizados na Internet foram estabelecidos, através de discussões e trocas, nas listas públicas do sistema de solicitação de perguntas RFCs. Os RFCs foram concebidos por Steve Crocker e pela força tarefa dos engenheiros da Internet – (IETF), para nortear à definição de regras e à formulação dos padrões a serem adotados pela Internet.

⁴ Ver em Denardis e Raymond, 2013. <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2354377>

A gestão técnica da definição dos padrões, dos protocolos e regras a serem utilizados pela Internet está a cargo da IANA, mas essa função era também compartilhada com a Força Tarefa dos Engenheiros da Internet – IETF, que concebia o desenho das versões de IPs (IPv4 e IPv6) e os protocolos de comunicação entre computadores (TCP/IPs).

As Nações Unidas, através da ITU e vários outros atores (IEEE, MPEG, JPEG, ISO), tem também se empenhado em gerar padrões interoperáveis globalmente aceitos para o setor de comunicação.

O padrão para edição de livros ePUB (*Electronic Publication*- Publicação Eletrônica) é fruto do consenso estabelecido entre Companhias de Softwares – SCs (Apple, Microsoft e Google), para garantir a universalização de um modelo de editoração de livros na Internet.

Coordenação do sistema de endereços para interligação e acesso de pontos e redes

Dentro do arranjo das seis funções estratégicas da GI, o controle da coordenação do sistema de endereços para interligação e acesso de pontos e redes, vem sendo objeto de uma verdadeira batalha de interesses corporativos. O ponto nevrálgico desta batalha é neutralidade da rede.

A gestão do sistema de endereço para interligação e acesso de pontos e redes é efetuada por sete importantes atores (FCC, IEPOs, CNs, CDNs, PNOs, IETF e NTIA), a grande maioria desses operadores é composta por empresas privadas, que detém o controle desse sistema de gestão.

A função básica desse sistema é garantir que os processos de interligação, distribuição e acesso a conteúdo da Internet se faça de maneira equilibrada e sem barreiras ou entraves econômicos.

Nos EUA, mesmo com a atuação da NTIA na gestão operacional desse sistema, a Federal Communications Commission - FCC e os operadores privados das redes – PNOs e os grandes provedores de serviços de Internet - ISPs (Verizon, Time Warner Cable e AT&T Broadband), alegam que existem custos não pagos pelos produtores de conteúdos da rede (Google/Youtube, Netflix, Disney, Microsoft/Skype, entre outros), relativos aos processos operacionais de distribuição e consumo desses pacotes de conteúdos na Internet.

A FCC, Os PNOs e os ISPs desejam modificar os padrões de uso da Internet, como a neutralidade da rede, sob o argumento de que seus serviços já não conseguem ser rentáveis e que a neutralidade da rede atrasa as possibilidades de inovação no setor de telecomunicações. Esses atores conseguiram recentemente obter vitórias jurídicas contra a NTIA e podem modificar ou abolir as regras de neutralidade da rede, nos EUA.

No Brasil, essas regras foram preservadas e transformadas em Lei, com a aprovação do Marco Civil da Internet em maio de 2014.

Definição de políticas para a governança de cibersegurança global da rede

A quarta função estratégica é a coordenação das políticas de cibersegurança para a GI. Esta função se tornou alvo principal da mídia internacional, depois do vazamento de informações sobre a prática de vigilância em massa realizada pela NSA.

Esse sistema é responsável pela regulação e definição de políticas de acesso dos usuários finais, e também pela gestão e a supervisão de padrões para interconexão das redes globais.

As revelações de Snowden demonstraram que os problemas de segurança e vulnerabilidade da Internet eram muito mais graves do que se pensava. Será que as equipes de respostas emergenciais de computação (CERTs) falharam? Como explicar as práticas intrusivas da NSA nas redes civis supervisionadas pela ICANN?

As companhias de softwares – SCs (Microsoft, Google, Apple, Facebook) e os provedores de serviços de Internet - ISPs, contribuíram com a NSA,⁵ para a quebra de regras que preservam a privacidade de seus usuários e contribuíram também para interceptação ilegal de informação de seus clientes.

A coordenação das políticas de cibersegurança para a GI, mantida pela ICANN está em crise, e necessita da ação coordenada de atores multilaterais, para promover o desenvolvimento de um sistema de cibersegurança responsável, que garanta simultaneamente a liberdade de expressão, a segurança e o respeito aos direitos humanos.

Sistema de intermediação de informações para a governança da cibersegurança

Atuando de forma auxiliar no processo de governança do setor de cibersegurança, esse sistema é responsável por estabelecer políticas que garantam a privacidade dos usuários fins, a remoção de conteúdos discricionários ou preconceituosos, e no controle de conteúdo que possua algum caráter difamatório (*bullying*) e de exploração sexual, como a pedofilia.

Esse sistema atua juridicamente na proteção dos usuários da Internet, contra práticas criminosas realizadas em transações do comércio eletrônico de bens tangíveis e intangíveis.

Para que as ações desse sistema sejam levadas a contento, nos EUA, a justiça concede aos atores desse sistema (E-CSs, FIs, CIs, entre outros), permissões judiciais para a obtenção dos dados pessoais dos infratores, responsáveis por crimes ou delitos cometidos na Internet.

Sistema para aplicação na Internet dos direitos de propriedade intelectual

Responsável por garantir o cumprimento na Internet dos direitos de propriedade intelectual, esse sistema encontra-se entre os mais combatidos pelos ativistas que defendem o direito à informação e à Internet livre.

⁵ Ver em Leopold, 2014. <http://america.aljazeera.com/articles/2014/5/6/nsa-chief-google.html?utm_source=digg&utm_medium=twitter>

Segundo Aaron Swartz, no artigo “*Guerilla Open Access Manifesto*”,⁶ a prática de proteção dos direitos de propriedade intelectual ou Lei do Copyright, encobre indiretamente o processo de privatização do conhecimento. Nesse artigo, defendendo o acesso aberto ao conhecimento produzido nas Universidades dos Estados Unidos, conclamou os cientistas para não assinarem seus copyrights.

Os alvos principais desse sistema são os sítios-webs populares (Megaupload, The Pirate Bay) que utilizam P2P e Torrents para distribuição de conteúdo. Um dos casos emblemáticos foi a ação efetuada contra Kim DOTCOM, proprietário do Megaupload que foi formalmente acusado, em 19 de Janeiro de 2012, de violar leis antipirataria nos Estados Unidos.

Os atores desse sistema atuam contra sítios-webs que disponibilizam clandestinamente conteúdos (programas, marcas, filmes, softwares, livros, músicas, entre outros). Vários sítios-webs, como Rojadirecta⁷ e outros⁸ que retransmitem pela Internet, sem autorização, programação desportiva de TVs Pagas (Campeonatos de futebol, NBA, entre outros), foram também alvos de censura e punidos pela legislação que trata da proteção da intermediação de conteúdos pela Internet (DJ, CCNIPR, DHS, ICE).

Muitas vezes os atores do sistema para aplicação na Internet dos direitos de propriedade intelectual (ICANN/UDRP, RIs, ADRPs, NSs, entre outros) além de removerem conteúdo que infringe a Lei do Copyright e a Lei de Patentes, cumprem também a função de bloquear o acesso à Internet aos usuários que descumprem a Lei da Propriedade Intelectual.

A partir dessa análise sucinta desse “ecossistema” e da análise de sua constituição e desenvolvimento, que será tratada a seguir, é possível constatar que forças centrífugas e centrípetas têm causado seu desequilíbrio e é preciso refletir sobre os efeitos negativos provocados nesse micro sistema que tem gerado problemas catastróficos para a humanidade e, por isso, é necessário buscar alternativas de âmbito planetário para a criação de um verdadeiro ecossistema.

A luta pelo controle do DNS e a privatização da GI no início dos anos 90

As preocupações sobre “direitos” e “propriedade” de domínios são inapropriadas. É mais adequado se preocupar com “responsabilidades” e o “serviço” para a comunidade. Jon Postel, 1994. [RFC: 1591]

Na história da governança da Internet, a luta pelo controle do Sistema de Nomes de Domínios (DNS), é uma luta permanente pela definição dos rumos e do futuro da Internet. Esta história pode ser resumidamente periodizada em quatro grandes fases: a primeira

⁶ Ler o artigo de Aaron Swartz “*Guerilla Open Access Manifesto*”, publicado em julho de 2008.

<http://archive.org/stream/GuerillaOpenAccessManifesto/Goamjuly2008_djvu.txt>

⁷ Ver o artigo Bianca Bosker no *The Huffington Post*, 2011.

<http://www.huffingtonpost.com/2011/02/02/rojadirecta-org-seized_n_817458.html>

⁸ Conferir Michlick no sítio-web *Domain Name News*, 2010. <<http://www.domainnamenews.com/legal-issues/feds-seize-domain-names-download-sites/7815>>

militar, a segunda, civil e acadêmica; a terceira, comercial e a quarta de mundialização incompleta da Internet.⁹

No início dos anos 90, houve a primeira batalha pelo controle do DNS, entre os desbravadores da Internet¹⁰ que defendiam a *utopia* de uma Internet civil livre da influencia de governos e das corporações privadas, contra aqueles¹¹ que defendiam que a “*comercialização da Internet*” possibilitaria a expansão (*boom*) da economia dos EUA e que sua “privatização” deveria ser a principal prioridade política do governo.¹²

De 1994 a 1998¹³, sob a direção de Jon Postel, a supervisão do DNS da Internet foi operacionalizada pela IANA, no Instituto de Ciências da Informação da Universidade do Sul Califórnia, a partir do servidor raiz B ou *Root-Server B*, localizado em Los Angeles na Marina del Rey, Califórnia.

Nessa gestão de Postel, as principais atribuições da IANA na gestão do DNS eram: a) conceber o sistema de padronização dos blocos de endereçamentos de Protocolos da Internet (IP); b) conceder Registros Regionais da Internet (RIR); c) definir a política de atribuição de *Internet top-level domains* (TLDs) e *Internet generic top-level domains* – (gTLDs), d) delegar a gestão dos *country-code Top Level Domains* (ccTLDs).

Em 1997, com mais de 120 milhões de internautas ou quase 2% da população mundial,¹⁴ a Internet mostrava-se como um “tesouro”, que estava interferindo na vida das pessoas e de cidadãos de muitos países, e também no modo como o governo dos EUA se realizava, exigindo desse um “reinventar-se”.

Em 01 de Julho de 1997, a Casa Branca sob a gestão do Presidente dos EUA, Bill Clinton, divulgou, no seu sítio-web, um conjunto de documentos “*A Framework for Global Electronic Commerce*”,¹⁵ cujo objetivo foi detalhar as políticas a serem adotadas pelo governo para a expansão e o fortalecimento do comércio eletrônico dos EUA no ciberespaço, a ser planejado enquanto *Global Information Infrastructure – GII* (infraestrutura de informação global).

⁹ Para o leitor que deseja se familiarizar um pouco sobre a história da governança da Internet (1958-2007), conferir o meu artigo “Governança Global da Internet: A representação de topônimos de países no ciberespaço”, publicado pela Revista *Scripta Nova*, em 2008. <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-270/sn-270-151.htm>>

¹⁰ Grupo de Jon Postel, Diretor do Servidor de Raiz B da IANA, mantido pela Universidade do Sul Califórnia; Gerry Sneeringer, Diretor do Servidor Raiz D pela Universidade de Maryland; Paul Vixie, Diretor da empresa Consórcios de Sistemas da Internet ou Internet Systems Consortium, Inc. (ISC), operador do Servidor de Raiz F.

¹¹ Grupo liderado por Ira Magaziner, Chefe do Gabinete da Administração Clinton; William M. Daley, Secretário de Comércio (Doc); Becky Burr, Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações e Administração de Informação (NTIA); Vinton Cerf (IETF); Michael Roberts, Diretor da ICANN.

¹² Goldsmith and Wu, 2006, p.40.

¹³ Postel, 1994. <<https://www.rfc-editor.org/rfc/rfc1591.txt>>

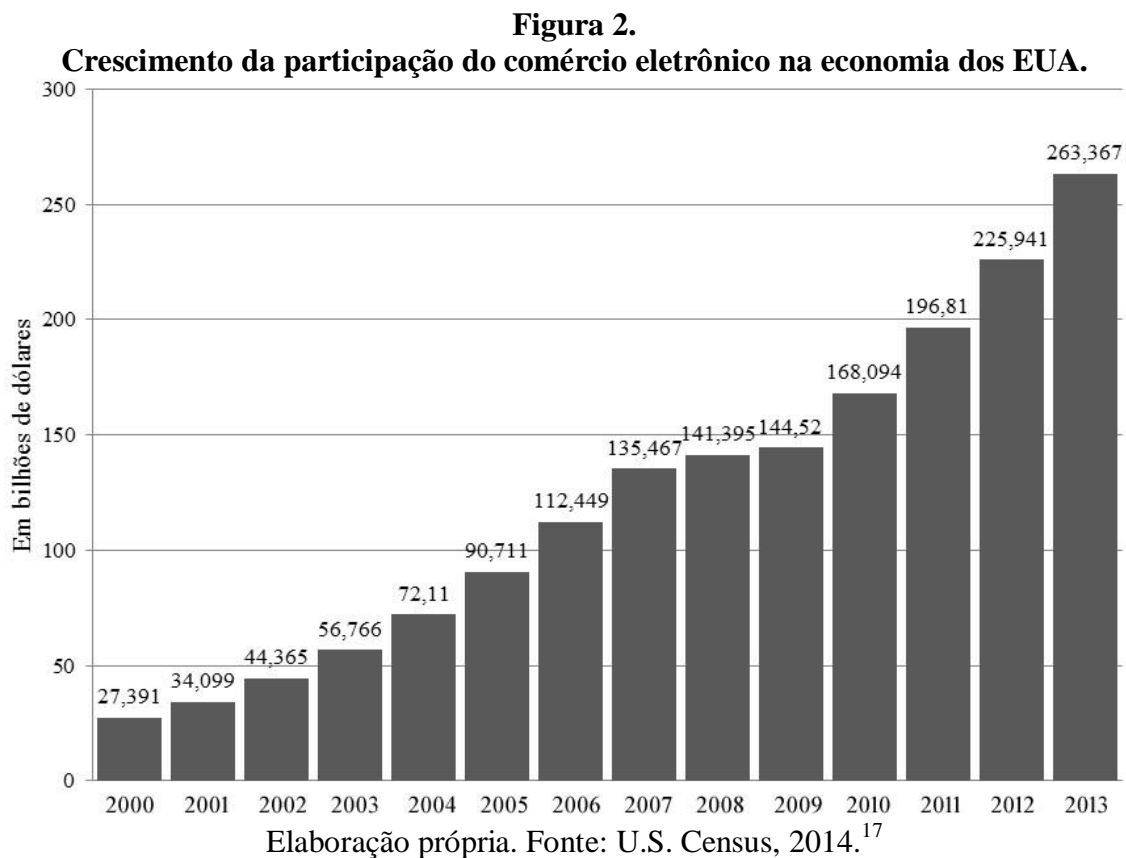
¹⁴ Ver *Internet Live Stats*, 2014. <<http://www.internetlivestats.com/internet-users/>>

¹⁵ The White House, 1997.

O artigo elaborado pela Administração Clinton “*Read the framework*”, relata, de forma entusiasmada, como essa nova infraestrutura de informação global, estava alterando a Internet que até 1998, antes do desenvolvimento da *World Wide Web*,¹⁶ era uma rede pública, que vinha sendo utilizada, há quase dez anos, por comunidades de pesquisadores e estudantes do mundo inteiro, como uma rede de intercâmbio científico e acadêmico, de notícias e de correio eletrônico.

O destaque dado ao comércio eletrônico não foi casual, esse destaque revelava um nítido esforço da Administração Clinton em promover, dentro de uma perspectiva neoliberal, uma estrutura virtual de acumulação (EVA) para o século XXI, consagrando uma verdadeira reestruturação do regime de acumulação do capitalismo estadunidense.

A evolução e o crescimento contínuo da participação do comércio eletrônico (Figura1), na economia dos EUA, demonstram os prognósticos da Administração Clinton.



Com essa perspectiva, a Administração Clinton formulou cinco metas globais de atuação de seu governo para a gestão política da Internet: 1) O setor privado deveria liderar e os governos deveriam incentivar as indústrias a se autorregular; 2) Os governos deveriam

¹⁶ Segundo Tim Berners-Lee, esta rede foi desenvolvida em 1991, por físicos e engenheiros do antigo Laboratório Europeu de Física de Partículas – CERN, localizado em Genebra na Suíça, 2003, p.792.

¹⁷ Ver essas informações no U.S. Census, 2014.

<http://www.census.gov/retail/mrts/www/data/pdf/ec_current.pdf>

evitar impor restrições indevidas sobre o comércio eletrônico; 3) Sempre que fosse necessário o envolvimento governamental, esse deveria atuar para: assegurar a concorrência, proteger a propriedade intelectual e privacidade, evitar fraudes, promover a transparência e facilitar a resolução de conflitos; 4) Os governos deveriam reconhecer que marcos regulatórios estabelecidos ao longo dos últimos 60 anos (pela ITU) para o setor de telecomunicações, rádio e televisão não se aplicam à Internet; 5) O comércio eletrônico na Internet deveria ser facilitado independentemente da jurisdição em que o comprador ou o vendedor particular residisse. A Internet era um mercado global.¹⁸

Conhecendo as ambições e intenções da Administração Clinton, de controlar a Internet e privatizá-la, Jon Postel, em 26 de Janeiro de 1998, sem consultar as autoridades do governo dos EUA, enviou um e-mail¹⁹ para oito das doze instituições, não governamentais e não militares, que controlavam os servidores da zona raiz, solicitando o redirecionamento desses oito servidores para o servidor de nomes da IANA (DNSROOT.IANA.ORG – IP: 198.32.1.98).²⁰

Ao propor um novo arranjo na arquitetura de rede dos servidores da zona raiz, ironicamente, considerado por ele *um teste*, Postel pretendia demonstrar à Casa Branca que a comunidade de pesquisadores, que a havia concebido e mantido a Internet, por quase três décadas, desejava continuar mantendo a Internet livre e longe da interferência do governo dos EUA.²¹

Mas, o e-mail de Postel foi interpretado, enquanto ato de fala, como uma ofensiva contra a interferência do governo dos EUA na Internet. Por isso, em 30 de janeiro de 1998, quatro dias depois do envio do e-mail de Postel, o Departamento de Comércio e Agência de Telecomunicações e Informação Administração Nacional (NTIA), apressaram-se em produzir o Documento “*Green Paper*”, que foi *uma proposta para melhorar a administração técnica dos nomes e endereços na Internet*²², publicado no Diário Oficial de 20 de fevereiro de 1998.²³

Neste documento o DoC e a NTIA passaram admitir abertamente que haviam pelo menos sete razões que justificavam a necessidade de mudança do modelo de administração do DNS da Internet: 1) a ausência de concorrência no registro de DNS; 2) o elevado custo na resolução de conflitos entre os detentores de marcas comerciais e detentores de nomes de domínio; 3) sem mudanças, uma proliferação de ações judiciais poderia levar ao caos; 4) muitos setores comerciais clamavam para que fosse implantada uma estrutura mais formal e

¹⁸ Ler esses princípios ou *Principles*, no artigo *A Framework for Global Electronic Commerce: Executive Summary*, 1997. <<http://clinton4.nara.gov/WH/New/Commerce/summary.html>>

¹⁹ Conferir a Carta de Postel divulgada por Froomklin, 2000, p.64.
<<http://osaka.law.miami.edu/~froomkin/articles/icann-notes.htm#F175>>

²⁰ Goldsmith and Wu, 2006, p.44.

²¹ Metz, 2012. <<http://www.wired.com/2012/10/joe-postel/>>

²² Conferir o Documento “*Green Paper*”, elaborado pela NTIA em 30 de Janeiro de 1998:
<<http://www.ntia.doc.gov/legacy/ntiahome/domainname/dnsdrft.htm>>

²³ Conferir o Documento “*Green Paper*” N° 980212036-8036-01, elaborado pela NTIA em 20 de Fevereiro de 1998: <<http://www.ntia.doc.gov/federal-register-notice/1998/improvement-technical-management-internet-names-and-addresses-proposed->>

robusta de gestão; 5) crescia o número de utilizadores da Internet que residiam fora dos EUA e estas partes interessadas (*stakeholders*) queriam ter voz maior na coordenação Internet; 6) com o crescimento do valor comercial, a decisão de adicionar novos domínios de alto nível (TLDs) não poderia mais continuar a ser feita de forma artesanal; 7) com o advento da Internet comercial, estava se tornando mais difícil às agências de pesquisa tradicionais dos Estados Unidos (NSF e DARPA) continuarem a exercer estas funções.²⁴

Nesse discurso da Administração Clinton, no documento “*Green Paper*”, a palavra *stakeholder* foi utilizada oito vezes, com os seguintes significados: vozes que desejam ser ouvidas; partes interessadas na Internet; principais interessados em participar; grupo amplo de interessados; aqueles que discordam da forma como as decisões são tomadas; consenso legítimo das partes interessadas.

Capitalismo libertário de *stakeholders*: Privatização do DNS e a produção ideológica do consenso

O termo *stakeholder*, fortemente utilizado nos documentos da Administração Clinton, foi difundido, em 1984, por Edward Freeman²⁵, idealizador da “Teoria das Partes Interessadas”. Esta teoria passou a ser aplicada no meio empresarial dos EUA e nas atividades de governança corporativa das empresas privadas nos EUA²⁶. Segundo Edward Freeman,

A palavra ‘*stakeholder*’ apareceu pela primeira vez na literatura de gestão em um memorando interno do Instituto de Pesquisa de Stanford (SRI *International*, Inc.), em 1963. O termo foi criado para generalizar a noção de acionista, como um grupo unificado, para quem uma gestão precisa estar voltada. Assim, o conceito de partes interessadas foi inicialmente definido como ‘grupo de apoio’, sem o qual uma organização deixaria de existir. A lista de partes interessadas inclui originalmente operário, empregados, clientes, fornecedores, credores e a sociedade²⁷.

A parte interessada ou *stakeholder* de uma organização é (por definição) qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou é afetado pela realização dos objetivos da organização^{28 29}.

²⁴ Conferir o Documento “*Green Paper*”, 1998, Idem.

²⁵ Mais informações sobre Edward Freeman ver em: <<http://www.darden.virginia.edu/web/Faculty-Research/Directory/Full-time/R-Edward-Freeman/>>

²⁶ Para quem pretende analisar o uso político e ideológico do termo *stakeholder* no Reino Unido e nos EUA, ver o artigo de Mackey, 2006.

<http://www.prismjournal.org/fileadmin/Praxis/Files/Journal_Files/2006_general/Mackey.pdf>

²⁷ Freeman, 2010, p. 31 -32

²⁸ Freeman, 2010, p.46

²⁹ Freeman, 2010, p.31-32 e 46. Ler em Inglês:

“The actual word ‘stakeholder’ first appeared in the management literature in an internal memorandum at the Stanford Research Institute (now SRI International, Inc.) in 1963. The term was meant to generalize the notion of stockholder as the only group to whom management need be responsive. Thus, the stakeholder concept was originally defined as ‘those groups without whose support the organization would cease to exist.’ The list of stakeholders originally included shareowners, employees, customers, suppliers, lenders and society.

A stakeholder in an organization is (by definition) any group or individual who can affect or is affected by the achievement of the organization's objectives.

A teoria *stakeholdista* de Freeman, utilizada estritamente para a organização administrativa de empresas privadas, foi elaborada com o propósito de fortalecer, no plano organizacional, o “capitalismo libertário das partes interessadas”.³⁰ Segundo esta concepção ideológica,³¹

O capitalismo funciona porque os empresários e os gestores sustentam negócios ou relacionamentos entre clientes, fornecedores, colaboradores, investidores e comunidades. O apoio de cada grupo é vital para o sucesso do empreendimento e os resultados são sinérgicos. Esta é a parte cooperativa do senso comum dos negócios que cada executivo sabe. Ela é profundamente libertária uma vez que está enraizado na noção de que a ação voluntária é principal engrenagem do capitalismo. Quando as partes interessadas *stakeholders* partilham os seus recursos para criar alguma coisa, ninguém tem o direito de impedir essas ações, desde que estas não venham impor danos ou prejuízos a terceiros inocentes.

Ter a liberdade de fazer acordos é tão importante para os clientes que compram produtos como é para os funcionários que concordam em tomar decisões e trabalhar para alguns objetivos corporativos em troca de dinheiro, satisfação, conhecimento, ou qualquer que seja o acordo autorize³².

Esse discurso do capitalismo libertário *stakeholdista* foi novamente reintroduzido, em cinco de Junho de 1998, no Documento Nº 980212036-8146-02, *Statement of Policy on the Management of Internet Names and Addresses*³³ (Declaração de Política sobre a Gestão de Nomes e Endereços na Internet), conhecido como *White Paper*, elaborado pela NTIA, a partir de um projeto concebido pelo “consenso” *stakeholdista*. Este documento deixou evidente a intenção de privatizar e comercializar o Sistema de Nomes e Domínio da Internet.

Assim, ao perceber o valor estratégico da Internet, o governo dos EUA e quatro instituições vinculadas ao segmento militar na zona de servidores raiz -*Department of Defense (DoD) - Root-Server G; Aeronautics and Space Administration (NASA) - Root-Server E; Ballistic Research Laboratory (BRL) com Network Solutions (NSI) - Root-Server A*, não titubearam e lançaram-se na “contra ofensiva” de retomar o controle da Internet e impedir o projeto de Postel de reestruturação da arquitetura de rede dos servidores da zona raiz da Internet.

³⁰ Freeman and Phillips, 2002, p. 341.

<https://noppa.aalto.fi/noppa/kurssi/51a00210/materiaali/51A00210_freeman_phillips_stakeholder_theory_a_libertarian_defense_2.pdf>

³¹ Goldsmith and Wu, 2006, p.44.

³² Freeman and Phillips, 2002, p. 341. Em Inglês: “*Capitalism works because entrepreneurs and managers put together and sustain deals or relationships among customers, suppliers, employees, financiers, and communities. The support of each group is vital to the success of the endeavor and the outcomes are synergistic. This is the cooperative common-sense part of business that every executive knows. It is deeply libertarian since it is rooted in the notion that voluntary action is the well-spring of capitalism. When stakeholders pool their resources to create something, no one has the right to prevent their actions, provided they do not impose substantial harms on innocent third parties. Having the freedom to make agreements is as important for customers who purchase products as it is for employees who agree to take direction and work for some corporate objectives in return for money, satisfaction, knowledge, or whatever the particular agreement authorizes*”.

³³ Conferir o Documento “White Book” Nº 980212036-8146-02, da NTIA publicado em 5 de junho de 1998, em: <<http://www.ntia.doc.gov/federal-register-notice/1998/statement-policy-management-internet-names-and-addresses>>

Foi nesse contexto de embate de forças que Postel, como representante da comunidade de pesquisa e autoridade gestora dos servidores da zona raiz, passou a ser minado.³⁴

A batalha deflagrada pelo controle da Internet teve sua cartada definida, quando o governo dos EUA, através do Departamento de Comércio (DoC), resolveu criar em 18 setembro de 1998, a ICANN, coincidentemente no mesmo lugar em que Postel gerenciava o DNS da Internet pela IANA, o Instituto de Ciências da Informação da Universidade do Sul Califórnia, na Marina del Rey.

O processo de transferência dessas funções, além de ter sido criticado profundamente pelo Professor de Direito Michael Froomklím da University of Miami School of Law, em 2000,³⁵ ocorreu sob o protesto de três grupos de especialistas da Internet: o *Boston Working Group* (BWG)³⁶, a *International Association of Top Level Domains* (IATLD) e o *Open Root Server Confederation* (Open-RSC/ORSC)³⁷. Estes grupos de especialistas, ao tomarem conhecimento das modificações estatutárias planejadas, para a gestão dos ccTLDs e para o processo de concessão de TLDs, pelo recém-criado Conselho de Administração da ICANN, se opuseram a essa transferência.

No entanto, com a morte repentina de Jon Postel, em 16 de outubro de 1998, nove meses depois da batalha pelo controle dos servidores da zona raiz, a Administração Clinton anteendo a importância estratégica adquirida pela Internet, transfere a autoridade do gerenciamento da Internet para o DoC, homologa o Estatuto da ICANN, em 21 de novembro de 1998³⁸ e, posteriormente, transforma a IANA em um de seus Departamentos.

Assim a Internet, a partir de 1998, sob a liderança do DoC, passou a ser uma rede controlada e administrada pela ICANN e pela VeriSign, que possuíam mandatos para “privatizar a Internet e promover a participação internacional no Sistema de Nomes de Domínios”.³⁹

Para os membros dos grupos BWG, IATLD e ORSC, no novo Estatuto da ICANN, o poder estabelecido às Organizações de Apoio, à Estrutura de Diretores do Conselho de Administração, além de ser exagerado poderia gerar conflito de interesses. Havia, da parte

³⁴ Goldsmith and Wu, 2006, p.45.

³⁵ Froomklím, 2000, p. 17-184.

³⁶ Proposta do Grupo de Trabalho de Boston, enviada a Ira Magaziner, Secretário do Gabinete do Presidente, e a Becky Burr Diretor da Agência NTIA, em resposta ao documento “Gerenciamento de nomes e endereços na Internet” ou *Management of Internet Names and Addresses*, elaborado pela ICANN em 05 de Junho de 1998: <<http://www.ntia.doc.gov/legacy/ntiahome/domainname/proposals/bosgrp/submission-letter.html>>

³⁷ Proposta do Grupo de Trabalho *Open Root Server Confederation* (Open-RSC/ORSC), enviada ao Secretário de Comércio, William M. Daley, com cópia para Karen Rose, em resposta ao documento “Gerenciamento de nomes e endereços na Internet” ou *Management of Internet Names and Addresses*, elaborado pela ICANN em 05 de Junho de 1998:

<http://www.ntia.doc.gov/legacy/ntiahome/domainname/proposals/orsc/ORSC_PRO.htm>

³⁸ Ver o Estatuto da ICANN ou *ICANN Bylaws* de 21 de novembro de 1998.

<<https://www.icann.org/resources/unthemed-pages/bylaws-1998-11-23-en>>

³⁹ Ryan, 1999. <<http://www.fed-soc.org/publications/detail/governing-cyberspace-icann-a-controversial-internet-standards-body>>

desses grupos também, uma preocupação com as possibilidades dessas organizações de apoio estabelecer cartéis no disputado mercado de concessões de nomes de domínios.⁴⁰

Preocupados com essas questões, os defensores da IATLD postaram, no sítio-web desta entidade, o pedido para que a ICANN colocasse uma ressalva em seu Estatuto, destacando que ela concordava em continuar a respeitar o *Request for Comments - RFC 159*⁴¹, elaborado por Jon Postel em 1994, com relação a toda e quaisquer ações que viessem a tomar, ou a qualquer papel que viesse assumir no que diz respeito à gestão dos ccTLDs.⁴² No entanto a ICANN não fez esse acréscimo em seu estatuto e a oposição política da IATLD à ICANN permanece ainda viva até os dias atuais.

Para levar a frente seus objetivos, os primeiros membros da diretoria da ICANN, indicaram, para dirigi-la no período de Outubro de 1998 a Março de 2001, Michael M. Roberts,⁴³ capitão aposentado da marinha, consultor em políticas na área de tecnologias da Internet e especialista pela Universidade de Stanford em pesquisa e educação, com experiência administrativa nos consórcios EDUCOM e Internet 2.

A escolha de Roberts foi uma forma de premiar o segmento militar, dando a um de seus representantes, um papel de destaque no novo cenário projetado para consolidar a hegemonia estadunidense no controle da Internet no século XXI.

Em 25 de novembro de 1998, o DoC e a ICANN assinaram o *Memorandum de Entendimento*⁴⁴ com quatro grandes princípios⁴⁵ ou compromissos: 1) preservar a estabilidade da Internet; 2) garantir condições de concorrência no mercado de registro de nomes; 3) propiciar, ao setor privado, a coordenação do sistema de gestão da Internet (*bottom-up*); 4) garantir a representação, a diversidade global e funcional dos usuários da Internet nas várias instâncias de decisão da Internet.

A importância da Internet como espaço público e mercado da “nova economia” emergente, já era um fato reconhecido, o número de usuários da Internet mais que dobrara em dois anos, passando de 120 milhões, em 1997, para 280 milhões, em 1999, e segundo Michael

⁴⁰ Mills, 1998. <<http://edition.cnn.com/TECH/computing/9811/13/icant.idg/>>

⁴¹ Conferir a RFC:1591 em Postel, 1994. <<https://www.rfc-editor.org/rfc/rfc1591.txt>>

⁴² Ver no sítio-web International Association of Top Level Domains (IATLD), In <<http://www.iatld.org/>>:

Supporters of the IATLD's position on the status of RFC 1591:

The following top-level domains answered "YES" to the question of whether the new Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (ICANN) should put a phrase in its by-laws to the effect that it agrees to continue to abide by the spirit of RFC 1591 for any and all actions it takes, or any role it assumes, with regard to Country Code Top Level Domains (ccTLDs).

⁴³ Mais informações sobre Michael M. Roberts, ver o Sítio-Web da ICANN, em:

<<https://www.icann.org/news/icann-pr-1998-10-26-en>>

⁴⁴ US/DoC and ICANN, 1998. <<http://www.icann.org/en/about/agreements/mou-jpa/icann-mou-25nov98-en.htm>>

⁴⁵ Conferir o documento *Testimony of Michael M. Roberts Before U.S. Senate Committee on Commerce, Science, and Transportation, Subcommittee on Communications 14 February 2001.*

<<https://www.icann.org/resources/unthemed-pages/roberts-testimony-2001-02-14-en>>

Roberts, em 2001, esse número saltou para “400 milhões de usuários de Internet ao redor do mundo em mais de 200 países”⁴⁶.

Nesse contexto, a migração digital e o crescimento do volume das atividades econômicas e financeiras começavam a afetar o arranjo econômico e soberano das nações porque, ao refletir sobre as possibilidades colocadas pela expansão do comércio eletrônico transfronteiriço, a Administração Clinton acreditava que a Internet emergia como um extraordinário mercado global (*a global marketplace*), que o governo estadunidense apoiaria o livre fluxo global de transações.

Com o discurso de que a Internet era um bem público ou “um mundo da informação sem fronteiras”⁴⁷ e não poderia ser administrada por outros governos, os EUA, em 1999, passaram a ser o único protagonista na formulação de princípios, na definição de políticas de concessão do Sistema de Nomes e Domínios (*Domain Name System – DNS*) e no desenvolvimento de inovações técnicas.

A ICANN, contextos e discursos na manutenção do controle da governança da Internet

Para assegurar o controle e a hegemonia da GI, os EUA utilizaram três grandes formas de discurso de Estado (Quadro 1): o primeiro, defende o ideário neoliberal de que a ICANN deve promover o controle da GI pelos EUA e a privatização da Internet, com o mínimo de envolvimento dos Estados nacionais porque a *Internet é um novo mercado global* sem fronteiras; o segundo, formulado no contexto do pós “11 de setembro” de 2001, que transformou a Internet no novo teatro da guerra cibernética contra o terror, afirma que a ICANN *deve ser uma organização multinacional e governamental*, preparada para *proteger a Internet das ameaças cibernéticas*; o terceiro, defende os objetivos de *fortalecer a cibersegurança civil da GI* e de *promover uma Internet livre do controle dos governos*, prometendo que, dentro dos princípios do modelo *multi-stakeholdista*, irá *globalizar ou Internacionalizar a ICANN em 202?!*

Esses discursos inscrevem-se em contextos específicos e são orientados por propósitos políticos diferenciados, mas todos legitimam formas de ações e ensinam uma problemática de atos e práticas que, muitas vezes, contradizem os próprios princípios de sua formulação.

Por isso, esses discursos e práticas tem sido um dos fatores de questionamento da legitimidade da ICANN que, nos quase dezesseis anos e seis de mandatos⁴⁸ na governança da Internet, para a nomeação dos seus gestores, não se tem respeitado os princípios da democracia representativa multilateral, mantendo, sob sua égide, o atual modelo de GI.

⁴⁶ Idem, 2001.

⁴⁷ Berners-Lee, 2003, p.793.

⁴⁸ Para quem deseja obter uma informação resumida sobre os seis Diretores Executivos da ICANN, ler a pequena resenha da The Associated Press *From Roberts to Chohade: CEOs at ICANN*, June 22, 2012: <<http://www.huffingtonpost.com/huff-wires/20120622/us-tec-internet-names-past-ceos/>>

Um dos grandes problemas do modelo de gestão implantado pela ICANN, desde o início dos anos 90, foi a sua não legitimidade devido à ausência de eleições para a nomeação de seus gestores e, segundo Michael Roberts, o idealismo que dominava a fase inicial de sua fundação, aos poucos foi se dissipando⁴⁹, uma vez que a essa instituição não se “transnacionalizou”, dando abertura para uma gestão realmente multilateral e ela vem se tornando, cada vez mais uma instituição com características governamental e unilateral.

Quadro 1. ICANN (1998 – 2014)

CEOs* da ICANN	Discursos por Períodos / Contextos Governamentais
Michael Roberts, Out1998-Mar2001	<i>A ICANN deve promover a privatização e o controle da GI.</i> (Administrações Clinton e Bush)
Stuart Lynn Mar2001-Mar2003	<i>A ICANN deve ser uma organização multinacional e governamental.</i> (Administração Bush)
Paul Twomey Mar2003-Jun2009	<i>A ICANN deve proteger a Internet das ameaças cibernéticas.</i> (Administrações Bush e Obama)
Rod Beckstrom Jul2009-Jul2012	<i>A ICANN deve fortalecer a cibersegurança civil da GI.</i> (Administração Obama)
Akram Atallah Jul2012-Out2012	<i>Interino-Transição</i> (Administração Obama)
Fadi Chehadé Out2012-Jul2015	<i>A ICANN promover uma Internet livre do controle dos governos.</i> (Administração Obama)

Elaboração própria, 2014. * *Chief Executive Officer* (CEO).

A ICANN: uma organização multinacional e governamental na governança da Internet

A partir de 2001, desde o início da Administração Bush, a GI realizada pela ICANN vem atuando a partir de quatro grandes funções: a) Coordenação das políticas de concessão no

⁴⁹ Roberts, 2011. <http://www.circleid.com/posts/20110905_icanns_unelected_crisis/>

DNS e TLDs; b) Supervisão da operação do sistema dos treze (13) servidores-raiz;⁵⁰ c) Coordenação do sistema de endereçamento de Protocolos da Internet (IPs); d) Coordenação da atribuição de parâmetros técnicos da Internet.

O discurso da Administração Clinton, que dominou a fase inicial de implantação do modelo de governança da Internet, de promover o comércio eletrônico global, de privatizar o mercado de concessão de nomes de domínios, e de garantir a ampla representação dos usuários da Internet nas instâncias de decisão da Internet, depois de 11 de setembro de 2001, praticamente foi substituído, na Administração Bush, pelo discurso que considerava a Internet um campo estratégico de combate ao terrorismo.

A partir dessas perspectivas, é possível constatar que o contexto não é uma moldura fixa que determina o discurso, mas é o discurso que pode alterar ou modificar o próprio contexto e as suas formas institucionais a partir de sua enunciação. Na ideologização de um discurso, ele se torna hegemônico.

Segundo Ryan Single, Jornalista da Revista *Wired*, desde 2008, Mike McConnell⁵¹, diretor da NSA, afirmava que o governo dos EUA deveria ter acesso irrestrito, sem mandato judicial, ao Google, para obter informações de todos os cidadãos norte-americanos, através de consulta a e-mails particulares e transferências de arquivos, com o objetivo de detectar ciberterroristas.⁵²

Reforçando a ideologia do terror, sob o discurso do *CyberWarfare*, a Administração Bush institucionalizou atos e práticas inadmissíveis para o contexto do Estado democrático, através das leis: *Patriotic Act* (2001)⁵³, *Homeland Security Act* (2002)⁵⁴, *Cyber Security Enhancement Act* (2002)⁵⁵, que efetivaram a militarização dos EUA⁵⁶.

A implantação desse discurso passou a exigir uma ampla reestruturação do modelo de gestão da ICANN na GI. Foi nesta circunstância que o Conselho de Administração da ICANN,⁵⁷ nomeou M. Stuart Lynn para ser seu Presidente e Diretor Executivo no período de março de 2001 a março de 2003.

Em Fevereiro de 2002,⁵⁸ Lynn elaborou um relatório que tinha como meta produzir um conjunto de reformas na ICANN, com o objetivo de atender aos propósitos governamentais

⁵⁰ Conferir a figura do mapa representativo dos treze servidores-raiz da Internet, elaborado em 2001. <<https://www.icann.org/sites/default/files/unmanaged/en/correspondence/root-map.gif>>

⁵¹ Shrader and McConnell, 2002. <<http://www.strategy-business.com/article/11439>>

⁵² Single, 2008. <<http://www.wired.com/2008/01/feds-must-exami/>>

⁵³ Patriot Act, 2001. <http://en.wikipedia.org/wiki/USA_PATRIOT_Act>

⁵⁴ Homeland Security Act, 2002. <http://en.wikipedia.org/wiki/Homeland_Security_Act>

⁵⁵ Cyber Security Enhancement Act, 2002. <<http://www.gpo.gov/fdsys/pkg/BILLS-107hr3482eh/pdf/BILLS-107hr3482eh.pdf>>

⁵⁶ Nelson, 2007. <<http://www.globalresearch.ca/the-militarisation-of-the-united-states/5744>>

⁵⁷ Mais informações sobre as eleições de Stuart Lynn pelo Conselho de Administração da ICANN, ver em: <<https://www.icann.org/news/icann-pr-2001-01-23-en>>

⁵⁸ Lynn, 2002. <<http://archive.icann.org/en/general/lynn-reform-proposal-24feb02.htm>>

de priorizar o setor de cibersegurança, reduzir a vulnerabilidade existente no sistema de gestão da Internet.

Alguns pesquisadores, vinculados ao grupo dominante da ICANN, afirmaram que a reforma produzida por Lynn fez surgir uma ICANN 2.0.⁵⁹ Mas, a reforma efetuada na gestão de Stuart Lynn, na prática, ampliou a dependência da ICANN ao governo dos EUA e os objetivos de estimular a participação de governos, do setor privado e de garantir a representação dos usuários na coordenação do sistema de gestão da Internet, foram abandonados.

A reforma radical produzida por Lynn, introduziu três importantes discursos: a) conceber uma nova forma de *organização multinacional governamental* da governança da Internet mantida pela ICANN; b) assegurar o controle pelo governo dos EUA das funções relacionadas à gestão global do DNS da Internet e não completar a transição dessas para o setor privado internacional; c) introduzir um novo modelo organizacional de gestão de conflitos, baseado em decisões consensuadas produzidas, de baixo para cima, pelas partes interessadas ou *Stakeholders*, do processo de GI.

A despeito de muitos representantes de países criticarem também o excessivo controle do processo de concessão de DNS pelo governo dos EUA, com essa reforma produzida na gestão Lynn, o processo de mediação mais internacionalizado dessa concessão de DNS, e uma representação mais efetiva desses países na GI, com base no consenso e no consentimento, foram considerados por ele como algo absolutamente impraticável.⁶⁰

Por isso, essa reforma da ICANN foi objeto de muitas controvérsias e críticas. Vários membros de comitês consultivos internos ICANN expressaram oposição e “*raiva frente ao abandono de todos os elementos da democracia representativa da ICANN*”.⁶¹ O engenheiro de software Karl Auerbach,⁶² membro do Conselho de Administração da ICANN, afirmou que a ICANN, que era uma organização não governamental, além de estar “*fora de controle*”⁶³, estava se tornando uma corporação fechada, cada vez mais atrelada aos recursos e as ações do governo.

A ideologia do terror se fortaleceu a partir de 2002 e as liberdades civis se tornaram vulneráveis e sujeitas a interpretações dos agentes vinculados aos setores de cibersegurança (FBI, NSA e CIA). Estes agentes teriam autoridade para investigar e monitorar grupos políticos, reuniões religiosas e a *World Wide Web*, mesmo “*sem qualquer suspeita comprovada de qualquer atividade criminal*”.⁶⁴ Esse discurso alterou sintomaticamente o estado de direito nos EUA. Os cidadãos usuários da Internet foram alijados do direito à privacidade e do princípio do contraditório e da ampla defesa.

⁵⁹ Refiro-me aos artigos escritos por McLaughlin e de Kleinwachter, que fazem alusão, em 2003, a implantação do modelo de gestão da ICANN 2.0.

⁶⁰ Lynn, 2002. Idem.

⁶¹ Palfrey, 2004, p. 445. <<http://jolt.law.harvard.edu/articles/pdf/v17/17HarvJLTech409.pdf>>

⁶² Mais informações sobre Karl Auerbach, ver na Wikipédia: <http://en.wikipedia.org/wiki/Karl_Auerbach>

⁶³ Koman, 2002. <<http://www.oreillynet.com/pub/a/policy/2002/12/05/karl.html>>

⁶⁴ Lewis, 2002. <<http://www.nytimes.com/2002/06/13/us/traces-of-terror-civil-liberties-echo-of-fbi-abuses-inquiries-on-new-role.html>>

O discurso de combate ao terrorismo em escala global e às armas de destruição em massa dos outros países, foi incorporado pelos dirigentes da ICANN e transformado em estratégia de Estado pela Administração Bush, quando Paul Twomey⁶⁵ foi indicado como Diretor Executivo da ICANN para o período de março de 2003 até Junho de 2009, para ocupar a vaga de Stuart Lynn que havia encerrado seu mandato.

Para Twomey, a ICANN além de ser uma organização que é responsável pela gestão do DNS da Internet e ter sido projetada para proteger os mecanismos com os quais a Internet funciona, tem a responsabilidade também de exercer a coordenação da gestão do sistema de identificadores exclusivos da Internet e a sua estrutura reflete os interesses da comunidade mundial da Internet⁶⁶, *atuando no interesse público global ... dos governos de todo o mundo e de setores significativos da comunidade global* (Lynn⁶⁷), promovendo a estabilidade e a integridade da Internet.

Quase todos os diretores da ICANN estavam afinados no mesmo discurso e as diferenças terminológicas não implicavam diferenças ideológicas:

- Para Lynn, 2002: *governos de todo o mundo e de setores significativos da comunidade global da Internet*;
- Para Twomey, 2003: *comunidade mundial da Internet: governos, a comunidade técnica, de registros, a comunidade empresarial, universidades e comunidades não-comerciais e representantes dos interesses dos consumidores.*

A ICANN, sob a direção de Lynn, também utilizou os princípios da teoria das partes interessadas, nos processos corporativos que exigem consultas, consensos e tomada de decisão pelos *stakeholders*. Com Twomey, as decisões efetuadas pelos *stakeholders* se sobrepunham e prescindia de consultas ou consensos, que pudessem emanar soberanamente de governos e organizações internacionais.

Essa articulação do discurso dos dirigentes da ICANN, em relação às estratégias políticas desenvolvidas pelo governo dos EUA, pode ser constatada também quando esses dirigentes eram sabatinados por representantes do setor legislativo. Em 21 de setembro de 2006, Paul Twomey, na audiência pública sobre o tema: *Icann Internet Governance: Is It Working?*⁶⁸, solicitada por várias Subcomissões da Câmara dos Deputados do Congresso dos EUA, ao responder a questões formuladas pelos representantes do Congresso, procurou demonstrar

⁶⁵ Mais informações sobre Paul Twomey, conferir o sítio-web da Argo P@cific.

<<http://www.argopacific.com/getdoc/18784f98-d63e-4fcf-b6e1-4b9253cb8967/Dr-Paul-Twomey.aspx>>

⁶⁶ Conferir a fala de Paul Twomey Presidente da ICANN, na sessão plenária da Cúpula Mundial para a Sociedade da Informação - WSIS, em 12 de dezembro de 2003.

<<https://www.arin.net/announcements/2003/20031212.html>>

⁶⁷ Conferir a participação de Stuart Lynn na audiência pública, sobre o tema: *Icann Governance*, solicitada pelas Subcomissões de Comércio, Ciência e Transporte, do Senado, na Segunda Sessão (Nº 107-1120), em 12 de Junho de 2002. <<http://www.gpo.gov/fdsys/pkg/CHRG-107shrg92929/html/CHRG-107shrg92929.htm>>

⁶⁸ Conferir a participação de Paul Twomey na audiência pública, sobre o tema: *Icann Internet Governance: Is It Working?*, Solicitada pelas Subcomissões de Comércio, Troca, Defesa do Consumidor, Telecomunicações, Internet e Energia, da Câmara dos Deputados do Congresso, na Segunda Sessão (Nº 109-142), em 21 de setembro de 2006. <<http://www.gpo.gov/fdsys/pkg/CHRG-109hhr31468/html/CHRG-109hhr31468.htm>>

através de seu discurso, que a concentração topológica de servidores raiz nos EUA⁶⁹ era uma questão de interpretação simbólica, pois a disseminação de servidores raiz *Anycast*, ampliaria o “*acesso internacional ... a Internet*”.⁷⁰

Nesse discurso dos gestores da ICANN, o foco sempre tem reforçado o Multistakeholdismo na GI.

Multilateralismo da ONU versus *Multistakeholdismo* (MSism) da ICANN

No início da primeira década dos anos 2000, houve uma mobilização de atores políticos dos Estados nacionais através de seus governos, de organizações do setor privado, de instituições civis e organizações internacionais como a ONU para estabelecer duas Cúpulas Mundiais sobre a Sociedade da Informação: a primeira em 2003, que aconteceu em Genebra, na Suíça e, a segunda em 2005, que ocorreu em Túnis, na Tunísia, a fim de discutir a reformulação da GI.

Em 2003, na primeira Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (1ª WSIS), organizada pela União Internacional de Telecomunicações da ONU (ITU), sob a Administração do Secretário Geral Yoshio Utsumi, esses atores políticos conseguiram: a) elaborar uma “Declaração de Princípios”, como se daria a “Construção da Sociedade da Informação: um desafio global no novo Milênio”; b) discutir como se construiria uma “Sociedade da informação para todos”; c) definir quais seriam os “Princípios” e qual seria o “Ambiente propício”. Ao se discutir sobre qual seria esse ambiente, o tema da Internet e a sua Governança foram objetos de um longo debate, a ICANN sequer foi mencionada nessa Declaração.

⁶⁹ Sobre a concentração dos servidores da zona raiz, ler meu artigo “Estados nacionais, soberania e regulação da Internet”, publicado na Revista *Scripta Nova*, em novembro de 2012. <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-418/sn-418-63.htm>>

⁷⁰ Idem, 2006. Ler fala de Paul Twomey.

Ver citação em Inglês: “*Root servers have evolved of recent time, particularly utilizing a key technology called Anycast. And so what we now have is, instead of having what we used to have 13 pizza boxes, 13 root servers, we actually now have 13 clusters. And these are now distributed across 50 countries around the world, and this is growing significantly.*

And I think that is a key part of how the technology evolves to keep-because I do agree with the international access, international aspect of how serving a billion users of the Internet around the world--150 million are Americans, but 50 million are not Americans. So I think the key thing here is that the technology takes away some of the symbolism because it is allowing us to actually ensure that root servers are distributed throughout the world and operated in big clusters.”

Em Português: “*Os Servidores-raiz têm evoluído nos últimos tempos, em especial utilizando uma tecnologia-chave chamada Anycast. E o que temos agora é, em vez de ter que usamos para ter 13 caixas de pizza, 13 servidores-raiz, que agora têm 13 clusters. E estes estão agora distribuídos em 50 países de todo o mundo, e esta está crescendo significativamente.*

E eu acho que é uma parte essencial da forma como a tecnologia evolui para manter, porque eu concordo com o acesso internacional, aspecto internacional de como servir um bilhão de usuários da Internet em todo o mundo -- 150 milhões são norte-americanos, mas 50 milhões não são norte-americanos. Por isso, acho que o principal é que a tecnologia tira alguns do simbolismo porque é que nos permite realmente assegurar-se de que servidores de raiz estão distribuídos por todo o mundo e explorada em grandes clusters”.

Os princípios estabelecidos sobre a Internet e a Gestão da Governança, pela 1ªWSIS deixaram evidente que os Estados Nacionais, as organizações do setor privado, as instituições civis e organizações internacionais como a ONU teriam um papel de protagonista na definição dos “Rumos da Internet e da Gestão da Internet”. Os princípios estabelecidos sobre a Internet e a Gestão da Governança, foram os seguintes:

(§48) A Internet evoluiu, transformando-se num mecanismo global disponível para o público e sua governança deveria constituir uma questão central da agenda da Sociedade da Informação. A gestão internacional da Internet deve ser multilateral, transparente e democrática, com a plena participação dos governos, do setor privado, da sociedade civil e de organizações internacionais. Deve garantir uma distribuição equitativa dos recursos, facilitar o acesso de todos e garantir um funcionamento estável e seguro da Internet, levando em conta o multilinguismo.

(§49) A gestão da Internet engloba tanto aspectos técnicos e questões de política pública e deve envolver todas as partes interessadas (stakeholders) e organizações intergovernamentais e organizações internacionais. A este respeito, reconhece-se que:

- a. Autoridade política para questões de políticas públicas relacionadas à Internet é o direito soberano dos Estados. Eles têm direitos e responsabilidades para as questões de políticas públicas internacionais relacionadas com a Internet;
- b. O setor privado teve e deverá continuar a ter um papel importante no desenvolvimento da Internet, tanto em termos técnicos como econômicos;
- c. A sociedade civil também tem desempenhado um papel importante em questões de Internet, especialmente em nível da comunidade, e deve continuar a desempenhar esse papel;
- d. As organizações intergovernamentais tiveram e devem continuar a ter um papel de facilitador no processo de coordenação dos assuntos de política pública relacionados com a Internet;
- e. As organizações internacionais também tiveram e devem continuar a ter um papel importante no desenvolvimento de normas técnicas relacionadas com a Internet e políticas relevantes.

(§50) Questões da governança da Internet internacional devem ser abordadas de forma coordenada. Solicitamos ao Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas a criação de um grupo de trabalho sobre a governança da Internet (WGIG)⁷¹, em um processo aberto e inclusivo que garanta um mecanismo para a participação plena e ativa de governos, do setor privado e da sociedade civil de ambos os países desenvolvidos e em desenvolvimento, que envolve os organismos intergovernamentais e fóruns internacionais relevantes, para investigar e apresentar propostas de ação, conforme o caso, sobre a governança da Internet até 2005.⁷²

⁷¹ Relação dos 40 membros nomeados pelo Secretário Geral Kofi Annan das Nações Unidas para integrar o Grupo de trabalho sobre a Governança da Internet (WGIG). <<http://www.wgig.org/members.html>>

⁷² UN/ITU-WSIS: “*Declaration of Principles, Building the Information Society: a global challenge in the new Millennium*”, 2003. <<http://www.itu.int/wsis/docs/geneva/official/dop.html>>

A introdução intencional do termo *stakeholder*, pertencente à teoria do capitalismo libertário das partes interessadas, aplicada na Declaração de Princípio de Genebra, foi elaborada para tornar “abstrata” ou “vaga” o entendimento sobre o papel e o caráter da representação da autoridade política na participação da gestão da GI.

Em 2004, a ICANN frente ao impasse produzido pela Declaração de Princípios da WSIS de Genebra, elaborou um Plano Estratégico para recuperar o controle total da Internet em três anos. O sítio-web inglês *The Register* ao perceber que a ICANN se preparava para enfrentar os desafios colocados pelo WSIS de Genebra, estabeleceu um paralelo entre a ficção e a realidade, questionando: estaria *Harry Potter*, Twomey, reunindo para treinar a equipe com poderes mágicos para conhecer e utilizar os poderes das forças das trevas, combatendo o demônio *Voldemort aka, Yoshio Utsumi*?⁷³

Algumas semanas antes da realização da 2ª WSIS, de 16 a 18 de Novembro, setores da mídia nos EUA e na Inglaterra⁷⁴ repudiaram a pretensão da ITU em querer controlar a GI, com organismos multilaterais intergovernamentais.⁷⁵ Em cinco de Novembro de 2005, o Secretário Geral da ONU, Kofi A. Annan, publicou, no Jornal *The Washington Post*, o artigo “A ONU não é uma ameaça a Internet”. Neste artigo, Kofi Annan escreveu: “à medida que se aproximava a 2ª WSIS, cresce o coro da desinformação... Uma ideia errada é a de que a Organização das Nações Unidas quer “assumir” a posição de polícia ou controlar a Internet... as Nações Unidas querem apenas garantir o alcance global da Internet, este é o propósito central desta Cúpula”.⁷⁶

Nesse mesmo ano, em Tunes, a segunda Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (2ª WSIS) ratificou o “Compromisso” e elaborou uma “Agenda para a Sociedade da Informação” que seria discutida no primeiro Fórum da Governança da Internet (IGF), em Atenas na Grécia em 2006.

Nesse IGF em Atenas, a “Declaração de Princípio” e o documento de “Compromisso”, aprovados nos dois WSIS (Genebra e Tunes), praticamente foram abandonados da pauta de discussão porque setores vinculados ao *status quo* da Internet (ISOC, IETF, W3C, RIRs, ICANN), utilizando suas “poções mágicas”, ofereceram o modelo *multistakeholdista* (MSM), para manter a participação e a elaboração de propostas para o IGF.

No IGF em Atenas essa ideologia se impôs sobre a concepção *multilaterista intergovernamental*, defendida pela WSIS de Genebra. Os países que se recusassem a aceitar o controle dos EUA das funções relacionadas à gestão global do DNS da Internet, mesmo tentando estabelecer os seus próprios sistemas de servidores raiz e de DNS separados, teriam pela frente o enorme desafio de alcançar a complexidade técnica, a escala geográfica e o número de domínios regionais mantidos pela Internet sob a égide

⁷³ McCarthy, 2004. <http://www.theregister.co.uk/2004/12/02/icann_harry_potter_magic/>

⁷⁴ Conferir no sítio-web da ICANN: *What are People Saying?*, in November 1, 2005.
<<http://archive.icann.org/en/wsis/icann-wsis-11nov05.htm>>

⁷⁵ Cukier, 2005. <<http://www.mafhoum.com/press9/254T44.htm>>

⁷⁶ Annan, 2005. <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2005/11/04/AR2005110401431.html>>

estadunidense. Essas tentativas foram apelidadas ideologicamente como iniciativas de balcanização⁷⁷ ou fragmentação da Internet.⁷⁸

No segundo IGF em 2007, no Rio de Janeiro, o Ministro da Cultura, Gilberto Gil, defendendo o mandato da ONU para administrar a Internet, propôs também uma nova ecologia e um modelo “*pós-multistakeholder*”⁷⁹ para a GI. Na mesma direção de Gil, o ministro de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger⁸⁰, propôs a criação de uma agência internacional para administrar a Internet e criticou o controle da Internet por um único país.

A ideologia do *Multistakeholderism* (MSism),⁸¹ (Multistakeholdismo), de 2006 até 2013, transformou os IGFs (Quadro 2) em um permanente teatro do dissenso e meio para a consolidação hegemônica do controle da GI pelos EUA, representado pela ICANN. Parte da memória, com documentos sobre os debates dos IGFs, pode ser encontrada no sítio-web do IGF,⁸² e alguns vídeos com discussões e manifestações de dissensos podem ser encontrados no sítio-web *Friends of the IGF*⁸³ e também no *Youtube*.

Quadro 2.
Fóruns da Governança da Internet - IGF (2005- 2014)

Eventos	Ano	Local de realização
1º IGF	2006	Atenas, Grécia
2º IGF	2007	Rio de Janeiro, Brasil
3º IGF	2008	Hyderabad, Índia
4º IGF	2009	Sharm El Sheikh, Egito
5º IGF	2010	Vilnius, Lituânia
6º IGF	2011	Nairobi, Quênia
7º IGF	2012	Baku, Azerbaijão
8º IGF	2013	Bali, Indonésia
9º IGF	2014	Istambul, Turquia*

Elaboração própria. Fonte: Secretariado do Fórum da Governança da Internet nas Nações Unidas, 2014. *Evento previsto para 2014.⁸⁴

Os elementos de enunciação do discurso constituem o locus do discurso, neste locus, as redes sociais, espaços públicos online (*@lists.igcaucus.org*, *@lists.bestbits.net*), os Fóruns da Governança da Internet (IGF), as Conferências Mundiais sobre as Telecomunicações

⁷⁷ Ver na wipedia: <<http://en.wikipedia.org/wiki/Splinternet>>

⁷⁸ Francis, 2008.

<http://blog.foreignpolicy.com/posts/2008/01/03/russia_threatens_to_build_a_separate_internet>

⁷⁹ Felitti, 2007. <<http://www.nic.br/imprensa/clipping/2007/midia644.htm>>

⁸⁰ Conferir no sítio-web do GI: Mangabeira Unger critica o controle americano na internet, 12 de novembro de 2007. <<http://g1.globo.com/Noticias/Tecnologia/0,,MUL178561-6174,00-MANGABEIRA+UNGER+CRITICA+CONTROLE+AMERICANO+NA+INTERNET.html>>

⁸¹ Muller, 2010, p.264-66. <http://pages.uoregon.edu/koopman/courses_readings/phil123-net/intro/mueller_networks-and-states.pdf>

⁸² Conferir o sítio-web do *Internet Governance Forum* em: <<http://www.intgovforum.org/>>

⁸³ Ver no sítio-web *Friends of the IGF* em: <<http://www.friendsoftheigf.org/>>

⁸⁴ Conferir sobre os IGFs em: <<http://www.intgovforum.org/>>

Internacionais (WCIT) e Cúpulas Mundiais da Sociedade da Informação (WSIS)⁸⁵ constituíram-se em ambientes estratégicos para a formulação e legitimação dos discursos do MSM.

Quando, no locus da GI, um discurso impõe regras ou normas⁸⁶ de conduta para organização desses ambientes estratégicos, transparece uma intencionalidade do locutor, cuja gramática discursiva interfere e impõe limites à representação democrática e soberana dos sujeitos históricos constituídos: os governos e os Estados Nacionais. Essa vem sendo a gramática discursiva do discurso *multistakeholdista*, que tem inviabilizado a representação democrática e legítima dos Estados nacionais ao impõe regras e normas.

Ao que tudo indica, existe uma estreita correlação, que não é fortuita entre a elevação das previsões orçamentárias e os cenários de crise de representação da ICANN na gestão da GI. Nesses contextos de crise, houve um expressivo crescimento de despesas - com bolsas, workshops, reuniões técnicas, encontros, viagens, serviços profissionais - para acionar ou mobilizar internacionalmente a força tarefa do MSism.

As previsões orçamentárias da ICANN de 2003 para o ano de realização do IGF em Atenas, praticamente triplicaram (Figura 2). Naquele período, a ICANN tornou-se o alvo de críticas por ter ampliado as previsões de seu orçamento de 7 milhões de dólares em 2003, para 16 milhões de dólares em 2005.⁸⁷ Da mesma forma, quando organizava o IGF de 2006, os gastos previstos para o ano de realização do IGF no Rio de Janeiro em 2007⁸⁸, quase dobraram de 2006 a 2007. É importante destacar que naquele momento representantes da diplomacia brasileira tinham fortes objeções ao papel desempenhado pelos EUA no controle da GI; portanto, a ICANN precisaria de muita munição e soldados para combater a tradição do discurso multilateralista da diplomacia brasileira.

Com relação às previsões de seu orçamento para o período atual, cumpre então indagar, será que o contexto adverso, provocado pela divulgação das denúncias de Edward Snowden, comprovando que a Agência de Segurança Nacional (NSA) dos EUA, praticava vigilância em massa⁸⁹, espionagem e violações contra a privacidade, às liberdades civis e os direitos humanos, influenciou na elevação das previsões orçamentárias de 2013 para 2014,⁹⁰ de igual modo ao que ocorreu no período de 2004 a 2005?

⁸⁵ Internet Governance Forum (IGF), World Conference on International Telecommunications (WCIT), World Summit on the Information Society (WSIS).

⁸⁶ Charaudeau e Mainguenu, 2006, p.171.

⁸⁷ McCullagh, 2005. <http://news.cnet.com/U.S.-to-retain-control-of-Internet-domain-names/2100-1028_3-5770937.html>

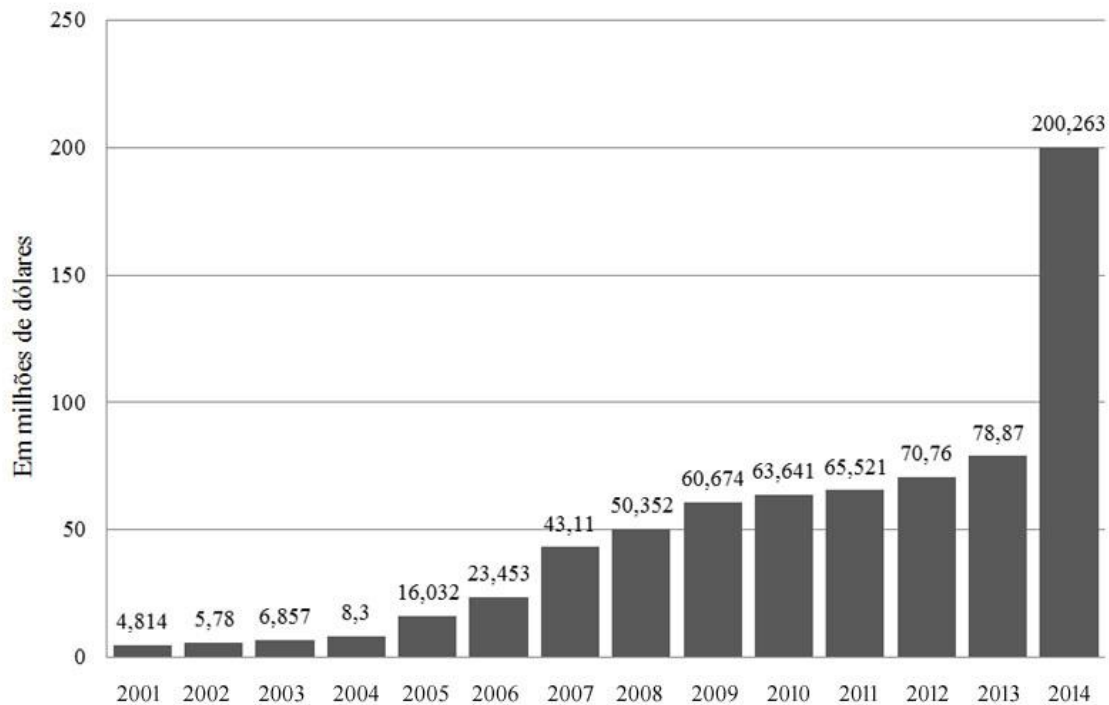
⁸⁸ Para quem deseja obter um conjunto ampliado de informações e notícias sobre o IGF do Rio de Janeiro em 2007, conferir em: <<http://www.nic.br/imprensa/especiais/igfbrazil2007/>>

⁸⁹ Para quem precisa efetuar uma pesquisa um pouco mais detalhada relativa aos temas: vigilância em massa e espionagem, conferir o meu artigo “Geografia das Indústrias Globais de Vigilância em Massa: Limites à liberdade de expressão e organização na Internet”, publicado pela Revista Ar@cne, em 2014. <<http://www.ub.edu/geocrit/ aracne/ aracne-183.htm>>

⁹⁰ Conferir o Documento *ICANN Board Meeting: FY14 Budget Approval*, sobre a previsão orçamentária da ICANN para o Ano Fiscal de 2014, publicado em 22 de Agosto de 2013. <<https://www.icann.org/en/system/files/files/adopted-opplan-budget-fy14-22aug13-en.pdf>>

Como não houve nenhuma receita extra oriunda dos leilões de novos gTLD,⁹¹ que pudesse explicar essa elevação de receitas da ICANN (Figura 3 e Anexo 2). Por que a previsões do orçamento da ICANN para este período (2013-2014) cresceram de forma tão surpreendente? Será que a arrecadação oriunda de registros, taxas, fundos, RIR, ccTLD, receita de registradores, garantiram um crescimento tão extraordinário como esse? Será que a mobilização do MSism para as reuniões da ICANN de Montevideu e de São Paulo explicariam essas previsões orçamentárias?

Figura 3.
Evolução Orçamentária da ICANN.



Elaboração própria. Fonte: ICANN, 2014. (Levantamento Anexo 2)

Em 2007, com a promulgação do *Protect America Act* pela Administração Bush, a vigilância de comunicações e o acesso às informações, a dados e metadados de usuários da Internet - como e-mails, contatos, histórico de navegação em redes sociais, gravações de conversas em dispositivos móveis, sem necessidade de mandato judicial⁹², banalizaram-se e passaram a ser consideradas uma parte importante nas investigações criminais⁹³ para o combate ao “terrorismo”.

Reforçando esse discurso ideológico do “estado de terrorismo”, em 12 de maio de 2008, Paul Twomey, próximo ao término do seu mandato na Presidência da ICANN, concedeu

⁹¹ Berkens, 2013. <<http://www.thedomains.com/2013/08/27/icann-approves-200-million-dollar-budget-for-2014-306-employees-still-no-revenue-from-new-gtld-auctions/>>

⁹² Risen and Lichtblau, 2005. <<http://www.nytimes.com/2005/12/16/politics/16program.html>>

⁹³ Kleinwachter, 2003, p.1120.

<<http://digitalcommons.lmu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2370&context=llr>>

uma entrevista para o jornalista Tom Espiner da Rede ZDNET e alertou para o risco de se realizar negócios nos EUA, por causa de ameaças cibernéticas.⁹⁴

Por uma Internet livre do controle dos governos

Para manutenção das políticas de GI pelos UEA, Barack Obama, durante o período de sua campanha eleitoral em 2008, prometeu que iria manter e dar continuidade a política da Administração Bush dirigida à Internet e para cibersegurança,

Vamos buscar com urgência reduzir drasticamente os riscos de três ameaças potencialmente catastróficas: armas nucleares, ataques biológicos e a guerra cibernética (*cyberwarfare*). Em uma era de terrorismo, esses perigos assumem novas dimensões. Nucleares, biológicos e ciberataques todos representam o potencial de danos e destruição em larga escala para o nosso povo, à nossa economia e ao nosso modo de vida. A capacidade de causar tais danos se espalha não só para outros países, mas também potencialmente a grupos terroristas. (p.31)⁹⁵

Vamos trabalhar com o setor privado, a comunidade de pesquisa e os nossos cidadãos, para construir uma ciber-infraestrutura segura e confiável, que seja resistente, proteja a vantagem competitiva da América, e revolucione a nossa segurança nacional e da pátria. (p.33)⁹⁶

Segundo Ryan Singel, Jornalista da Revista *Wired*, em julho de 2008, o então senador Barack Obama, contrariando seus eleitores, votou a favor da legalização de um programa de vigilância ilegal, que coletava e-mails e telefonemas de cidadãos norte-americanos, como parte de um projeto secreto da NSA de combate ao terrorismo.⁹⁷

Esse viés ideológico que representa a continuidade da política militar de manutenção da *cyberwarfare* da Administração Bush, passou a ser também uma das promessas de campanha de Barack Obama em 2008, que ao declarar que iria manter a mesma política de combate ao terrorismo, estaria também se comprometendo a manter alguns representantes militares da era Bush.

A prova dessa continuidade foi a indicação de Rod Beckstrom, ex-diretor do Centro Nacional de Cibersegurança (CNC) do governo Bush, para dirigir a ICANN, no período de

⁹⁴ A entrevista *CEOs warned: Wake up to cyberthreats*, concedida de Paul Twomey a Tom Espiner, em 12 de Maio de 2008, pode ser vista na íntegra no sítio-web da Rede ZDNET: <<http://www.zdnet.com/ceos-warned-wake-up-to-cyberthreats-3039415295/>>

⁹⁵ Conferir o Documento com as promessas de campanha política de Barack Obama para a Presidência dos EUA, em 2008: <http://www.citizenstrade.org/ctc/wp-content/uploads/2011/01/2008DemocraticPlatformbyCmte_08-13-08.pdf>

Ver citação em Inglês: “*We will urgently seek to reduce dramatically the risks from three potentially catastrophic threats: nuclear weapons, biological attacks, and cyber warfare. In an age of terrorism, these dangers take on new dimensions. Nuclear, biological, and cyber-attacks all pose the potential for large scale damage and destruction to our people, to our economy and to our way of life. The capacity to inflict such damage is spreading not only to other countries, but also potentially to terrorist groups*”.(p.31)

⁹⁶ Conferir o Documento de campanha de Barack Obama para a Presidência dos EUA, em 2008, Idem. Ver citação em Inglês: “*We will work with private industry, the research community and our citizens, to build a trustworthy and accountable cyber-infrastructure that is resilient, protects America’s competitive advantage, and advances our national and homeland security*”. (p.33)

⁹⁷ Single, 2010. <<http://www.wired.com/2010/03/cyber-war-hype/>>

junho de 2009 até julho de 2012, substituindo Paul Twomey que estava encerrando seu mandato.

Mas quem era Rod Beckstrom? Autor com Ori Brafman, em 2006, da ficção “*The Starfish and the Spider: The Unstoppable Power of Leaderless Organizations*”, best-seller que trata do desenvolvimento da Web 2.0 e do sucesso das empresas que conceberam softwares colaborativos que atuam de forma descentralizada na Internet (P2P, Kazaa, Skype, eMule, Apache, Wikipedia, eBay, PayPal). Assim, Beckstrom ficou conhecido como um empresário que atuava no Vale do Silício com organizações que trabalhavam de forma descentralizada e colaborativa em ambientes da Web 2.0.

Quando Beckstrom ingressou à CNC no governo Bush, setores da mídia nos EUA dizia que ele não era especialista em cibersegurança nem um *insider* de Washington, mas tinha expertise em operações descentralizadas para gestão de grandes corporações.⁹⁸ Talvez, justamente devido a esse conhecimento, a Administração Bush confiou-lhe a coordenação do programa *National Cyber-Security Initiative*, que tinha por missão proteger as redes privadas e do governo de possíveis vulnerabilidades.

Ao assumir o cargo no CNC, Beckstrom havia convencido ao governo e o Departamento de Defesa da necessidade de abandonar os modelos centralizados e concentrados de atuação, desenvolvendo, com sua equipe, uma nova plataforma Web 2.0 de cibersegurança descentralizada e interestadual.⁹⁹ Na época, essas ideias de Beckstrom foram vistas pelo Secretário do DHS, Michael Chertoff, co-autor do *Patriotic Act*, como originais e criativas, e que iriam apoiar as agências de segurança do governo a implementar estratégias de segurança cibernética e ampliar a troca de informações e tornar coesa as suas ações.

Mas, não foi bem isso que aconteceu porque Chertoff apoiou mais fortemente setores vinculados à NSA, que conseguiram mais recursos do governo para desenvolverem projetos de cibersegurança que incluíam inclusive o DHS. Beckstrom que aparentemente dizia ter posições críticas à vigilância de cidadãos estadunidenses e ao monopólio mantido pela NSA sobre a segurança da informação na Internet, se sentiu “desprestigiado”¹⁰⁰ e, em 05 de março de 2009, escreveu uma carta de renúncia¹⁰¹ do cargo de Diretor do Centro Nacional de Cibersegurança. Na carta afirmou que, para tratar de cibersegurança vinculadas às atividades civis, tem que ser criada uma Agência Civil específica para isso. Para

⁹⁸ Krebs, 2008. <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2008/03/19/AR2008031903125.html>>

⁹⁹ Mais informações sobre o CEO da ICANN, Rod Beckstrom, ver o artigo de Jean-Christophe Nothias: *The Asymmetries, the WEF, ICANN, Brazil, and the ‘Little Red Book’ of Multistakeholderism*, publicado no *The Huffington Post*, em Janeiro de 2014. <http://www.huffingtonpost.com/jeanchristophe-nothias/the-asymmetries-the-wef-i_b_4654438.html>

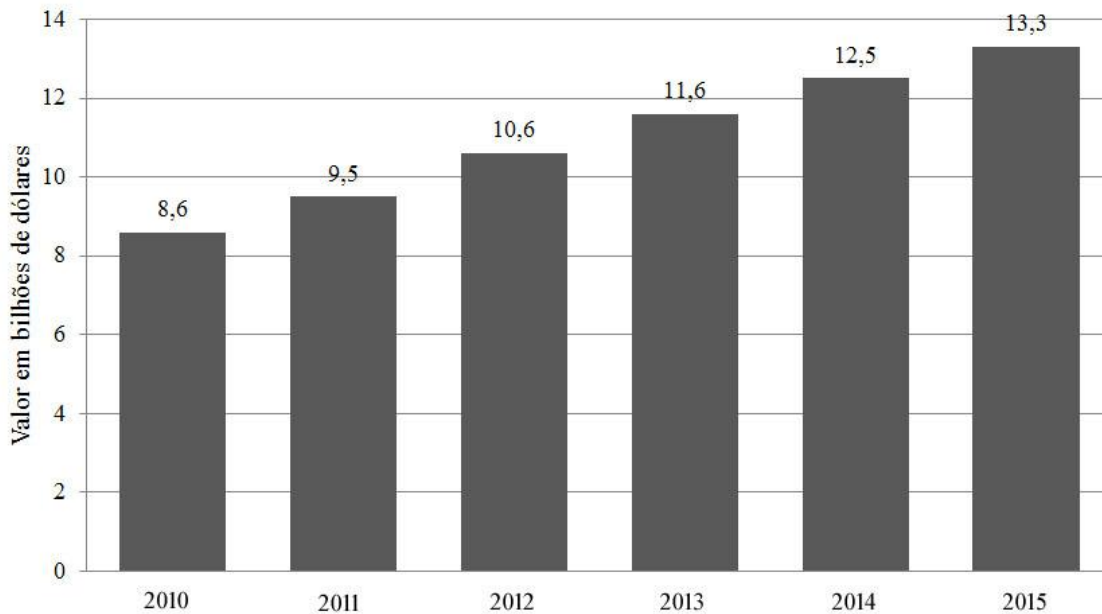
¹⁰⁰ Risen and Lichtblau, 2009. <<http://www.nytimes.com/2009/04/17/us/politics/17cyber.html>>

¹⁰¹ Ler carta de renúncia de Rod Beckstrom de 2009, em: <<http://online.wsj.com/public/resources/documents/BeckstromResignation.pdf>>

Beckstrom, a NSA havia extrapolado o exercício de suas funções militares ao atuar, também, no setor civil, por isso resolveu então renunciar ao cargo de Diretor da CNC.¹⁰²

A renúncia de Beckstrom, apenas evidenciou a extraordinária disputa dos grupos empresariais por contratos governamentais de cibersegurança, pois Chertoff (The Chertoff Group), McConnell (Booz Allen Hamilton) e Beckstrom (Environmental Defense Fund), além de trabalharem nos governos em cargos estratégicos de alto escalão, eram também empresários e lobistas, que possuíam empresas e corporações para prestarem serviços relacionados ao forte “mercado” de cibersegurança em franca expansão (Figura 4).¹⁰³

Figura 4.
Projeção dos gastos do Governo dos EUA em Cibersegurança



Elaboração própria, 2014. Fonte: Smith, 2011. In *The Huffington Post*.

Na carta renúncia de Beckstrom, antes de assumir a direção da ICANN, deixou claro que o equilíbrio do poder entre as instituições civis e militares responsáveis pela segurança da rede estava rompido, pois a NSA, controlava também o *The Department of Homeland Security* - DHS:

A NSA controla efetivamente as ações cibernéticas do DHS através “seus agentes”, com inserções de tecnologia e a proposta de conduzir os Programas de Direção e Proteção Nacional (NPPD) e do Centro Nacional de Cibersegurança (NCSC) para uma instalação da NSA em Fort Meade. A NSA domina atualmente a maioria das ações cibernéticas nacionais. Embora reconhecendo a importância crítica da NSA para os nossos esforços de inteligência, creio que esta seja uma má estratégia por vários motivos. A cultura da inteligência é muito diferente da cultura a segurança ou das redes de operações. Além disso, as ameaças para

¹⁰² Gorman, 2009. <<http://online.wsj.com/news/articles/SB123638468860758145?mg=reno64-wsj&url=http%3A%2F%2Fonline.wsj.com%2Farticle%2FSB123638468860758145.html>>

¹⁰³ Smith, 2011. <http://www.huffingtonpost.com/2011/09/15/former-government-officials-cybersecurity-boom_n_958790.html>

os nossos processos de democracia são significativas para qualquer organização (direta ou indiretamente), em todos os níveis superiores de segurança do governo e de monitoramento da rede.

Durante meu mandato como diretor não estivemos dispostos a subjugar o NCSC à NSA. Em vez disso, defendemos um modelo onde havia uma gestão civil confiável para cibersegurança que interagia com, mas não era controlada pela NSA.¹⁰⁴

A partir desse posicionamento, cabe indagar se a indicação de Beckstrom à direção da ICANN, de 2009 a 2012, na Administração de Obama, seria uma forma de prestigiá-lo pelos “conhecimentos em cibersegurança” que detinha do governo?!

Os desafios e as dificuldades da administração Obama eram muito grandes porque tinha que enfrentar uma crise financeira¹⁰⁵ sem precedente herdada de seu antecessor, reduzir o extraordinário déficit orçamentário, renegociar com o Congresso o endividamento do Estado, ajudar os Bancos e empresas com problemas financeiros, enfrentar o desemprego, enfim, assegurar as bases de um amplo processo de reestruturação da economia e dar continuidade às conquistas e avanços dos EUA, nos negócios alcançados pelas empresas de tecnologia vinculadas à área de Internet.

O presidente Barack Obama, no segundo mandato, continuou com o forte apoio de setores vinculados às indústrias de tecnologia e Internet, mídia, militar e também do mercado financeiro.¹⁰⁶

Durante esse período da Administração Obama, três grandes formas de discurso estão sendo utilizadas para manter o controle da GI pelos EUA: a primeira, vinculada aos setores militares e de defesa, defende a ideologia de que a Internet é uma *infraestrutura crítica* que deve ser protegida contra o terrorismo e defendida para assegurar a segurança e a estabilidade dos interesses dos EUA; a segunda, difundida pelo *staff* da ICANN, sustenta que o paradigma do MSism viabiliza e alavanca o crescimento dos setores vinculados às indústrias de tecnologia e Internet; a terceira, enfatiza que estar a favor de uma *Internet livre do controle [de governos]* é defender o compromisso mantido pelos EUA, de preservar valores universais como a democracia e a liberdade de expressão.

¹⁰⁴ Conferir esse trecho em inglês da Carta de Beckstrom: “*NSA effectively controls DHS cyber efforts through detailees, technology insertions and the proposed move of NPPD and the NCSC to a Fort Meade NSA facility. NSA currently dominates most national cyber efforts. While acknowledging the critical importance of NSA to our intelligence efforts, I believe this a bad strategy on multiple grounds. The intelligence culture is very different than a network operations or security culture. In addition, the threats to our democracy processes are significant if all top level government network security and monitoring are handled by any one organization (either directly or indirectly). During my term as director we have been unwilling to subjugate the NCSC underneath the NSA. Instead, we advocated a model where there is a credible civilian government cybersecurity capability which interfaces with, but is a not controlled by, the NSA*”.

In: <<http://online.wsj.com/public/resources/documents/BeckstromResignation.pdf>>

¹⁰⁵ Para quem se aprofundar um pouco mais sobre a crise financeira do capitalismo iniciada em 2007, conferir o meu artigo “Desregulação financeira no capitalismo gestor de dinheiro: O endividamento dos EUA e das economias centrais”, publicado pela Revista *Biblio 3W*, em 2012. <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-963.htm>>

¹⁰⁶ Conferir quais foram os segmentos empresariais que mais contribuíram para o financiamento de Campanha de Barack Obama, em: <<http://www.statista.com/statistics/240188/top-contributors-to-obamas-election-campaign/>>

Internet como uma infraestrutura crítica

Para o secretário de Defesa dos EUA, William J. Lynn,¹⁰⁷ o ciberespaço passou a ser reconhecido, pelo setor de defesa da Administração Obama, como o quinto domínio militar de guerra, depois da terra, do mar, do ar e do espaço.¹⁰⁸ O ciberespaço, desde o período da Administração Bush, era reconhecido como o novo teatro da guerra cibernética ou o *cyberwarfare* contra o terrorismo.

As justificativas recorrentemente, com relação à elevação do orçamento para a defesa e para o fortalecimento do setor cibersegurança, tem sido além da luta contra o terror, o combate a crimes cometidos contra as instituições do governo, crimes contra Internet à economia dos EUA e mundial. Esse discurso transformou a Internet em uma *infraestrutura crítica* para a segurança e a estabilidade dos interesses dos EUA.

A magnitude dessa importância pode ser dimensionada pelo valor movimentado no comércio eletrônico mundial que alcançou, pela primeira vez, o teto de mais de um trilhão de dólares em 2012¹⁰⁹ e também pelos prejuízos causados por ciberataques às companhias estadunidenses.¹¹⁰

Rod Beckstrom, logo após ter se afastado da Direção da ICANN em Julho de 2012, em entrevista oferecida em 30 de Julho de 2012 à C-SPAN.ORG, comentou sobre o tema Cibersegurança¹¹¹, afirmando que havia uma distinção entre operações efetuadas nos setores de cibersegurança civil e militar. Será que ele continuava se dirigindo a atuação da NSA no setor de cibersegurança?

O discurso do multistakeholdismo da ICANN

Incorporado pelas Nações Unidas, desde a realização da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação em Atenas, o discurso *multistakeholdista* vem sendo utilizado nos fóruns e cúpulas mundiais, e em reuniões de grupos técnicos encarregados de discutir o futuro da GI (IGFs, WSIS, WGIG, WCIT).

O discurso *multistakeholdista* tem sido utilizado com três propósitos: a) inviabilizar qualquer iniciativa multilateral de discussão consensuada sobre a GI; b) impedir que haja uma divisão de papéis e responsabilidades democraticamente constituídas, entre os Estados Nacionais, para a concepção de modelo internacionalizado de GI; c) permitir que todos *stakeholders* indistintamente (comunidade técnica, comunidade empresarial, comunidade acadêmica, representantes da sociedade civil, representantes de organizações não governamentais e representantes dos interesses dos consumidores) e setores pertencentes ao

¹⁰⁷ Sobre o Secretário William Lynn, ver em: <http://en.wikipedia.org/wiki/William_J._Lynn_III>

¹⁰⁸ Lynn, 2010. <<http://www.foreignaffairs.com/articles/66552/william-j-lynn-iii/defending-a-new-domain>>

¹⁰⁹ Conferir informações sobre o valor do comércio mundial, publicado no sítio-web E-Marketer em: <<http://www.emarketer.com/Article/Ecommerce-Sales-Topped-1-Trillion-First-Time-2012/1009649>>

¹¹⁰ Conferir no *The Statista Portal* o custo dos ciberataques causados contra companhias estadunidenses: <<http://www.statista.com/statistics/193444/financial-damage-caused-by-cyber-attacks-in-the-us/>>

¹¹¹ Ver no Youtube a entrevista *Rod Beckstrom on Cybersecurity*, concedida a C-SPAN.ORG: <<https://www.youtube.com/watch?v=OGI-KlmUHF0>>

grupo dominante da Internet participem e formulem políticas para a GI, em pé de igualdade (*participate on an equal footing*) com as representações de países e governos.

Como não se busca um consenso verdadeiro, por isso, as reuniões, fóruns e cúpulas das Nações Unidas, regidos pelo discurso *multistakeholdista*, se transformaram em um verdadeiro “*talk shop*”, onde as *I Star* ou *I** dos *stakeholders* e dos grupos dominante da Internet apresentam suas propostas que reforçam esse discurso hegemônico, permitindo o principal organizador e financiador desses eventos continue no comando da GI, através de seu ecossistema.

Assim, a ideologia *multistakeholdista* é responsável por manter o controle da GI sob a égide estadunidense, uma vez que os documentos resultantes desses eventos apresentam um pseudo consenso da maioria dos convidados, não incluindo o dissenso dos discursos multilateralistas. Essa estratégia posterga permanentemente as possibilidades de criação de uma agência intergovernamental que realmente internacionalize a GI e não apenas crie espaços para a atuação internacional da ICANN.

O discurso da Internet livre [de governos]

O discurso pela defesa da Internet livre de governos, amplamente utilizado na Administração Obama, aparentemente se inspira na utopia política *pós-westphaliana* de John Perry Barlow da Declaração de Independência do Ciberespaço, apresentada em Davos, na Suíça em 1996, segundo a qual o ciberespaço é um espaço sem influências de governos, sem soberanias, sem fronteiras, onde todos podem expressar suas crenças e ingressar “*sem privilégios ou preconceitos de acordo com a raça, poder econômico, força militar ou lugar de nascimento.*”¹¹²

Antes do período preparatório à realização do IGF de Baku, no Azerbaijão e da 12^a Conferência Mundial de Telecomunicações Internacionais (WCIT), o conselho administrativo da ICANN oficializou, em outubro de 2012, a indicação de Fadi Chehadé¹¹³ para substituir a Rod Beckstrom e assumir o comando da ICANN até o ano de 2015. Coube a Chehadé manter o modelo *multistakeholdista* da corporação e preservar os valores da ideologia de defesa da Internet livre de governo.

Em 2012, no IGF de Baku, no Azerbaijão, a concepção *Barlowiana* sobre ciberespaço entrou em cena na Oficina do Grupo de Trabalho 171 (OGT-171), que teve como temática “*What is the Geography of Cyberspace?*”¹¹⁴ No entanto, para essa Oficina, não foi convidado nenhum pesquisador ou especialista da área da Geografia e não abordaram questões relacionadas à Geografia e muito menos sobre Ciberespaço. Temas importantes da geografia do ciberespaço não foram discutidos, como por exemplo, a concentração de

¹¹² Barlow, 1996. <<https://projects.eff.org/~barlow/Declaration-Final.html>>

¹¹³ Shankland, 2012. <<http://www.cnet.com/news/icann-replaces-ceo-head-of-massive-domain-name-change/>>

¹¹⁴ Conferir a transcrição em inglês do debate em:

<<http://wsms1.intgovforum.org/sites/default/files/Transcript%20WS%20171%20What%20is%20the%20geography%20of%20cyberspace.doc>>

servidores raiz em um único país, a gestão territorial da infraestrutura da Internet e sua segurança, a distribuição geográfica desigual do acesso a Internet entre os países.

O moderador da OGT-171, que dirige a ONG *Internet & Jurisdiction Project*, tentou explicar que a Internet requer uma concepção diferenciada sobre a questão da jurisdição das operações de suas atividades e, por isso, o propósito da oficina era justificar porque a permanência e o controle do poder jurisdicional de regulamentação territorial da Internet, concentrado no Estado da Califórnia, deveria continuar sendo regido por leis da Califórnia, nos EUA. A Oficina se tornou um verdadeiro “*talk shop*” sobre o novo mundo sem fronteiras da Internet.

O discurso de defesa da Internet livre de governos foi recentemente reeditado pelo governo dos EUA, principalmente no período que precedeu a realização da 12ª Conferência Mundial de Telecomunicações Internacionais (WCIT), organizada pela União Internacional de Telecomunicações – ITU e realizada em Dubai, no período de 3 a 14 de dezembro de 2012. A 12ª WCIT foi organizada a partir de três grandes metas: a) rever os atuais Regulamentos das Telecomunicações Internacionais (ITRs), que servem como um tratado global vinculativo; b) estabelecer os princípios gerais para garantir o livre fluxo de informações em todo o mundo; c) promover o acesso a preços acessíveis e equitativos para todos e estabelecer as bases à inovação contínua e crescimento do mercado.

A iniciativa da ITU de reunir reguladores do mundo inteiro para renegociar os ITRs, gerou celeumas e inúmeras especulações sobre a possibilidade da ONU, juntamente com os Estados Nacionais, vir a definir também políticas e regulamentação ao setor de Internet. Por isso, a Google encabeçou uma campanha de demonização da ONU¹¹⁵, que foi encampada por setores vinculados às indústrias de tecnologia e de Internet (facebook, Microsoft, apple, entre outros), que conseguiu mobilizar três milhões de pessoas com o slogan: *Um mundo livre e aberto depende de uma Web livre e aberta.*¹¹⁶

Reforçando essa campanha de difamação, a mídia estadunidense e organizações políticas, criadas para essa finalidade, como a WCITLeaks¹¹⁷, passaram a divulgar documentos confidenciais vazados, nos quais a ITU e “regimes autoritários” estariam supostamente elaborando planos para controlar a GI. Segundo o site da revista Vanity Fair, a 12ª WCIT poderia desencadear uma “*Guerra Mundial 3.0*”.¹¹⁸ A Secretária de Estado Hillary Clinton (2009 - 2013), mostrou-se também uma defensora da ideologia da Internet livre da interferência de governos.¹¹⁹

¹¹⁵ Ver a campanha do Google contra a 12ª WCIT: <<https://www.google.com/intl/es/takeaction/whats-at-stake/>>

¹¹⁶ Ver a campanha do Google em: <<https://www.google.com/intl/pt-PT/takeaction/>>

¹¹⁷ Conferir informações sobre os documentos vazados da a 12ª WCIT, no sítio-web da *WCITLeaks*, em: <<http://wcitleaks.org/>>

¹¹⁸ Vanity Fair, 2012. <<http://www.vanityfair.com/culture/2012/05/internet-regulation-war-sopa-pipa-defcon-hacking>>

¹¹⁹ Halliday, 2012. <<http://www.theguardian.com/world/2012/jun/20/hillary-clinton-online-innovation>>

Em novembro de 2012, o Chefe da Divisão de Comunicações e de Promoções de Parcerias da ITU, Paul Conneally, criou um blog¹²⁰ para se contrapor à campanha difamação da Google, às falsas acusações e insinuações¹²¹ contra a 12ª WCIT e a ONU, divulgadas em sítios e na mídia internacional.

Mesmo com todo esse embate midiático e diplomático,¹²² a 12ª WCIT reuniu 2000 representantes dos 193 estados membros da ONU.¹²³ Das 144 delegações com direito a voto, 89 votaram a favor e 55 votaram contra (Figura 5)¹²⁴ o novo Acordo de Regulamentação das Telecomunicações Internacionais.¹²⁵ Entre as delegações que votaram contra e que conseguiram vetar¹²⁶ o Acordo da 12ª WCIT¹²⁷, estavam os EUA, a União Europeia, Japão, Colômbia, Quênia, Costa Rica.¹²⁸

Após o resultado da 12ª WCIT, a possibilidade da ONU vir a interferir no controle da GI gerou uma preocupação entre os representantes políticos dos EUA. Por isso, o Deputado Republicano Greg Walden enviou à Câmara dos Deputados, um projeto de Lei (HR1580)¹²⁹, semelhante ao Projeto de Lei (H. CON. RES. 127)¹³⁰ de Mary Bono Mack, que havia solicitado, em 10 de Setembro de 2012¹³¹, ações para preservar os avanços do MSM na governança da Internet, e torná-la segura e livre do controle de governo. Mas o Projeto de Lei de Walden adicionou no final do texto, um pequeno adendo para a “*política dos EUA continuar a preservar o bem-sucedido modelo multistakeholder de GI*”, ou seja, o discurso ideológico da Internet livre de governos deixou de ser uma ideologia e se transformou em Lei que normatizou o controle da GI apenas por um único Governo.

¹²⁰ Conferir o Blog em: <<https://itu4u.wordpress.com/2012/11/23/the-google-campaign-an-itu-view/comment-page-1/>>

¹²¹ Como a campanha desenvolvida pelo sítio-web *Stop the Net Grab*:

<<https://www.change.org/petitions/stop-the-net-grab>>

¹²² Sobre os bastidores das campanhas midiáticas contra a realização da 12ª WCIT, ler o excelente artigo *The Hypocrisy Threatening the Future of the Internet*, escrito pelo Editor do *The Global Journal* Jean-Christophe Nothias, publicado em 22 de novembro de 2012.

<<http://theglobaljournal.net/article/view/904/http://theglobaljournal.net/article/view/904/>>

¹²³ Ver no sítio-web da ONU o crescimento dos países membros da organização desde 1945:

<<http://www.un.org/en/members/growth.shtml>>

¹²⁴ Conferir o mapa da distribuição dos países votantes na 12ª WCIT em: <http://1.bp.blogspot.com/-EePMviZgAT8/UO_CIBAU97I/AAAAAAAAABQ0/O5Abv6XEIyI/s1600/wcit-12-vote-map.jpg>

¹²⁵ ITU/UN – 12ª WCIT, Dubai, 2012. <<http://www.itu.int/en/wcit-12/Documents/final-acts-wcit-12.pdf>>

¹²⁶ Arthur, 2012. <<http://www.theguardian.com/technology/2012/dec/14/telecoms-treaty-internet-unregulated>>

¹²⁷ Tassi, 2012. <<http://www.forbes.com/sites/insertcoin/2012/12/14/the-internet-will-stay-free-from-government-control-with-un-treaty-blocked/>>

¹²⁸ Conferir o resultado da Votação do Acordo na 12ª WCIT de 2012, em: <<http://www.itu.int/osg/wcit-12/highlights/signatories.html>>

¹²⁹ Conferir o Projeto de Lei HR1580, em:

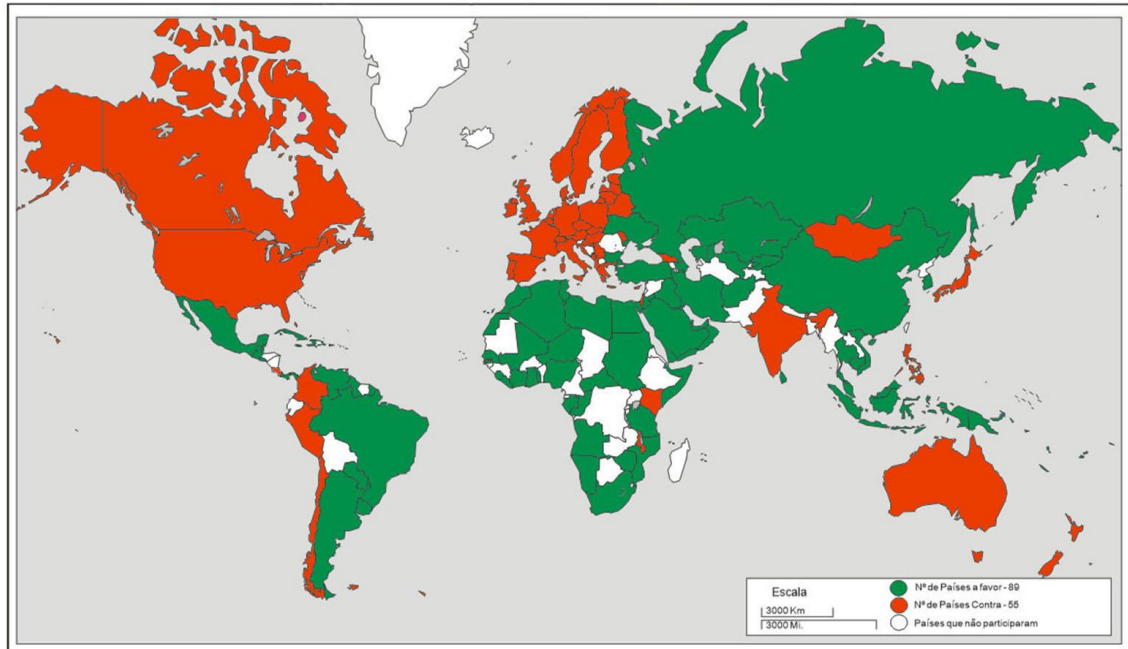
<<http://docs.house.gov/meetings/IF/IF00/20130417/100723/BILLS-113pih-InternetFreedom.pdf>>

¹³⁰ Conferir o Projeto de Lei H. CON. RES. 127 em:

<<https://www.govtrack.us/congress/bills/112/hconres127/text>>

¹³¹ Conferir a aprovação da Lei no Senado: <<http://thomas.loc.gov/cgi-bin/bdquery/z?d112:SC00050:@@X>>

Figura 5.
Resultado da votação na 12ª WCIT de 2012.



AFEGANISTÃO	ALBÂNIA	ARGÉLIA	ALEMANHA	ANDORRA	ANGOLA	ARÁBIA SAUDITA	ARGENTINA	ARMÊNIA	AUSTRÁLIA
AUSTRIA	AZERBAIÃO	BAHRÁIN	BANGLADESH	BARBADOS	BIELORUSSIA	BÉLGICA	BELIZE	BENIM	BUTÃO
BOTSWANA	BRASIL	BRUNEI	BULGÁRIA	BURKINA	BURUNDI	CAMBOJA	CANADÁ	CABO VERDE	REPÚBLICA CENTRAL AFRICANA
CHILE	CHINA	CHIPRE	COLÔMBIA	COMORES	REPÚBLICA DO CONGO	REPÚBLICA DA COREIA	COSTA RICA	COSTA DO MARFIM	CROÁCIA
CUBA	DINAMARCA	DJIBOUTI	REPÚBLICA DOMINICANA	EGITO	EL SALVADOR	EMIRADOS ÁRABES UNIDOS	ESPANHA	ESTÔNIA	ESTADOS UNIDOS
FEDERAÇÃO DA RÚSSIA	FINLÂNDIA	FRANÇA	GABÃO	GÂMBIA	GEORGIA	GANÁ	GRÉCIA	GUATEMALA	GUIANA
HAITI	HUNGRIA	ÍNDIA	INDONÉSIA	REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRAN	IRAQUE	IRLANDA	ISRAEL	ITÁLIA	JAMAICA
JAPÃO	JORDÂNIA	CAZAQUISTÃO	QUÊNIA	KUWAIT	LESOTO	LETÔNIA	LÍBANO	LIBÉRIA	LÍBIA
LIECHTENSTEIN	LITUÂNIA	LUXEMBURGO	MALÁSIA	MALAWI	MALI	MÁLTA	MARROCOS	ILHAS MARSHALL	ILHA MAURÍCIO
MÉXICO	MOLDÁVIA	MONGÓLIA	MONTENEGRO	MOÇAMBIQUE	NAMÍBIA	NEPAL	NIGER	NIGÉRIA	NORUEGA
NOVA ZELÂNDIA	OMÃ	UGANDA	USBEQUISTÃO	PANAMÁ	PAPUA NOVA GUINÉ	PARAGUAI	HOLANDA	PERU	FILIPINAS
POLÓNIA	PORTUGAL	QATAR	QUIRGUISTÃO	ESLOVÁQUIA	REPÚBLICA CHECA	REINO UNIDO	RUANDA	SANTA LÚCIA	SENEGAL
SÉRVIA	SERRA LEOA	CINGAPURA	ESLOVÊNIA	SOMÁLIA	SUDÃO	SUDÃO DO SUL	SRI LANKA	REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL	SUÉCIA
SUIÇA	SUAZILÂNDIA	TANZÂNIA	TAILÂNDIA	TOGO	TRINIDAD E TOBAGO	TUNÍSIA	TURQUIA	UCRÂNIA	URUGUAI
VENEZUELA	VIETNAM	YEMEN	ZIMBABWE						

Elaboração própria, 2012. Fonte: ITU, 2012.¹³²

A internacionalização da GI ou apenas mais uma rearticulação do discurso?

Em cinco de Junho de 2013, o cenário discursivo se altera e perde a sua consistência a partir das denúncias de Edward Snowden e do vazamento de documentos ultrassecretos nos principais Jornais da mídia internacional (*El País, Le Monde, L'Espresso, The Sydney Morning Herald, O Globo, The Huffington Post*, entre outros).

Esses Jornais divulgaram documentos comprovando que a NSA extrapolou os limites técnicos de suas funções militares ao utilizar vários softwares de pesca de vulnerabilidades (*malware, trojans, spywares*) e programas militares de vigilância em massa em atividades

¹³² Conferir o sítio-web da ITU, 2012. In: <<http://www.itu.int/osg/wcit-12/highlights/signatories.html>>

civis, para coletar globalmente e sem autorização, e-mails, dados e meta-dados de cidadãos de várias partes do mundo.¹³³

A NSA obtinha esses conteúdos através de importantes provedores de Internet internacionais, em redes de telecomunicações e em grandes infraestruturas de fibras ópticas e cabos submarinos, onde interceptava também a circulação de informações.

A denúncia pela mídia internacional de que vários representantes de Estados (Dilma Rousseff, Angela Merkel, Felipe Calderón, Peña Nieto, entre outros) tiveram seus e-mails e contas espiados, foi estopim para um movimento generalizado de indignação.

O discurso da Presidente Dilma Rousseff¹³⁴, na abertura da 68ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em 24 de setembro de 2013, agravou o mal estar provocado pelo vazamento das informações. Em seu discurso Rousseff afirmou,

A ONU deve desempenhar um papel de liderança no esforço de regular o comportamento dos Estados frente a essas tecnologias e a importância da internet, dessa rede social, para construção da democracia no mundo.

Por essa razão, o Brasil apresentará propostas para o estabelecimento de um marco civil multilateral para a governança e uso da internet e de medidas que garantam uma efetiva proteção dos dados que por ela trafegam.

Precisamos estabelecer para a rede mundial mecanismos multilaterais

1 - Da liberdade de expressão, privacidade do indivíduo e respeito aos direitos humanos.

2 - Da Governança democrática, multilateral e aberta, exercida com transparência, estimulando a criação coletiva e a participação da sociedade, dos governos e do setor privado.

3 - Da universalidade que assegura o desenvolvimento social e humano e a construção de sociedades inclusivas e não discriminatórias.

4 - Da diversidade cultural, sem imposição de crenças, costumes e valores.

5 - Da neutralidade da rede, ao respeitar apenas critérios técnicos e éticos, tornando inadmissível restrições por motivos políticos, comerciais, religiosos ou de qualquer outra natureza.

¹³³ Pires, 2014. <<http://www.ub.edu/geocrit/ aracne/ aracne-183.htm>>

¹³⁴ Acessar ao vídeo da Conferência Apresentada pela Presidente da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff, na Assembleia das Nações Unidas, em 24 de Setembro de 2013: <<http://gadebate.un.org/68/brazil>>

*O aproveitamento do pleno potencial da internet passa, assim, por uma regulação responsável, que garanta ao mesmo tempo liberdade de expressão, segurança e respeito aos direitos humanos.*¹³⁵

O discurso de Dilma Rousseff praticamente ajudou a reativar o discurso multilateralista, estigmatizado pela mídia internacional e pelos segmentos das indústrias de tecnologias vinculados a Internet. Dilma Rousseff passou a ser vista como uma grande representante do movimento multilateralista, que exigia à ONU “*o estabelecimento de um marco civil multilateral para a governança e o uso da Internet.*” Essas ideias colocadas no discurso da Presidente Dilma seguia de forma coerente a linha discursiva adotada pela diplomacia brasileira¹³⁶, reforçado pelos ex-ministros Gilberto Gil e Mangabeira Unger, quando o Brasil sediou o IGF de 2007.

As relações diplomáticas entre Brasil e EUA ficaram estremecidas. Representantes da União Europeia¹³⁷ também manifestaram repúdio às ações da NSA e exigiram, às autoridades responsáveis pela gestão da GI, proteção às liberdades fundamentais e aos direitos humanos.

Nas listas da Internet, comentava-se que um segmento da “ICANN brasileira”, vinculado ao Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI-Br), havia se movimentado para por “panos quentes” nessa situação, buscando atenuar o desconforto provocado pelo discurso multilateralista da Presidente Dilma, que possuía uma assessoria jurídica independente e consciente de seus compromissos com a defesa do direito à privacidade e à liberdade de expressão.

¹³⁵ Acessar o documento da Conferência Apresentada pela Presidente da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff, na Assembleia das Nações Unidas, em:

http://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/68/BR_en.pdf

Conferir o discurso da Presidente Dilma Rousseff em inglês: “*The United Nations must play a leading role in the effort to regulate the conduct of States with regard to these technologies.*

For this reason, Brazil will present proposals for the establishment of a civilian multilateral framework for the governance and use of the Internet and to ensure the effective protection of data that travels through the web.

We need to create multilateral mechanisms for the worldwide network that are capable of ensuring principles such as:

1 - Freedom of expression, privacy of the individual and respect for human rights.

2 - Open, multilateral and democratic governance, carried out with transparency by stimulating collective creativity and the participation of society, Governments and the private sector.

3 - Universality that ensures the social and human development and the construction of inclusive and non-discriminatory societies.

4 - Cultural diversity, without the imposition of beliefs, customs and values.

5 - Neutrality of the network, guided only by technical and ethical criteria, rendering it inadmissible to restrict it for political, commercial, religious or any other purposes”.

¹³⁶ Sobre porque a diplomacia brasileira defende a política multilateral de negociação, ver o artigo de Sardenberg, 2005. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142005000100023&script=sci_arttext

¹³⁷ Conferir o Comunicado (IP/14/142) dirigido a imprensa enviado pela Comissão Europeia, apresentado em 12 de fevereiro de 2014: http://europa.eu/rapid/press-release_IP-14-142_en.htm

Em de Janeiro de 2014, Barack Obama falou sobre vigilância em massa e sobre as denúncias de Edward Snowden.¹³⁸ No início de sua fala, ele fez um pequeno histórico sobre a importância do setor de inteligência dos EUA em diversos períodos da história e, depois, procurou explicar o papel do setor de inteligência no período histórico atual de globalização e de uso intenso da Internet em termos global.

Dado o fato de que há investigação aberta, eu não vou me debruçar sobre ações ou motivações do Sr. Snowden. Posso dizer que a defesa da nossa nação depende, em parte, da fidelidade de todos aqueles com quem confiamos os segredos da nossa nação. Se qualquer pessoa que se oponha à política do governo, toma com suas próprias mãos informações classificadas, para divulgar publicamente, então, nunca seremos capazes de conduzir uma política externa ou deixar nosso povo seguro. Além disso, o que é sensacional nessas revelações, elas têm de sair muitas vezes lançando mais calor do que luz, revelando assim métodos para nossos adversários que poderiam impactar nossas operações de uma maneira que não compreenderemos plenamente pelos próximos anos.¹³⁹

Sobre as críticas e denúncias efetuadas a esse setor com relação às práticas “intrusivas” e indiscriminadas de violação da privacidade e de desrespeito às liberdades civis, Obama afirmou que irá implementar reformas que garantirá ao povo americano mais confiança de que seus direitos estarão sendo garantidos e que o setor de inteligência

continuarão a reunir informações sobre as intenções dos governos - em oposição aos cidadãos comuns - em todo o mundo, da mesma forma que os serviços de inteligência de todas as outras nações fazem. Não vamos pedir desculpas, simplesmente porque os nossos serviços podem ser mais eficazes.¹⁴⁰

A cogitação pela Administração Obama, que o governo dos EUA teria planos de “abrir mãos da administração da Internet” e que admitia a possibilidade da ICANN ou a IANA poder vir a ser transformada em uma agência internacional, não foi bem aceita por setores da mídia estadunidense.¹⁴¹ Para estes setores a possibilidade de internacionalizar as funções da ICANN era o prenúncio de um possível desmantelamento da GI controlada pelos EUA.

¹³⁸ Conferir transcrição da fala do Presidente Barack Obama, no artigo “Obama NSA Speech Addresses Surveillance, Edward Snowden”, efetuada pelo The Huffington Post, em 17 de Janeiro de 2014: <http://www.huffingtonpost.com/2014/01/17/obama-nsa-speech_n_4618240.html>

¹³⁹ Conferir a publicação da fala do Presidente Barack Obama, em 17 de Janeiro de 2014, Idem.

Fala de Obama em Inglês: “Given the fact of an open investigation, I’m not going to dwell on Mr. Snowden’s actions or motivations. I will say that our nation’s defense depends in part on the fidelity of those entrusted with our nation’s secrets. If any individual who objects to government policy can take it in their own hands to publicly disclose classified information, then we will never be able to keep our people safe, or conduct foreign policy. Moreover, the sensational way in which these disclosures have come out has often shed more heat than light, while revealing methods to our adversaries that could impact our operations in ways that we may not fully understand for years to come”.

¹⁴⁰ Conferir a publicação da fala do Presidente Barack Obama, em 17 de Janeiro de 2014, Idem.

Fala de Obama em Inglês: “Now let me be clear: our intelligence agencies will continue to gather information about the intentions of governments – as opposed to ordinary citizens – around the world, in the same way that the intelligence services of every other nation does. We will not apologize simply because our services may be more effective”.

¹⁴¹ Conferir o artigo de Timberg, publicado no Jornal *The Washington Post* em 14 de março de 2014. <http://www.washingtonpost.com/business/technology/us-to-relinquish-remaining-control-over-the-internet/2014/03/14/0c7472d0-abb5-11e3-adbc-888c8010c799_story.html>

NETMundial e a rearticulação do discurso do MSM pela ICANN

O prestígio adquirido pela ICANN, como empresa responsável pela gestão global da GI, entrou em franco declínio. As perguntas que muitos estudiosos da GI se faziam eram: Os representantes do *status quo* da Internet e da ICANN não tinham conhecimento das ações da NSA? O que realmente fizeram esses *stakeholders* para defender a “Internet livre”?

Sobre a atuação da ICANN e do governo dos EUA nesse contexto, prevalecia apenas a constatação de que o *modus operandi* é diferente do *modus verbali*. A descrença e a perda de credibilidade na ICANN e nas instituições que controlam a governança da Internet era um fato indiscutível.

Sob um clima tenso e de extrema pressão internacional, na primeira semana de outubro de 2013, em Montevidéu, o grupo de representantes das instituições responsáveis pela gestão da infraestrutura da Internet: a ICANN; as cinco instituições responsáveis pelos Registros Regionais da Internet (RIRs): *African Network Information Center - AFRINIC*, *American Registry for Internet Numbers - ARIN*, *Asia Pacific Network Information Centre - APNIC*, *Latin America and Caribbean Network Information Centre - LACNIC*, *Réseaux IP Européens Network Coordination Centre - RIPENCC*; o Conselho de Arquitetura da Internet (IAB), a Força Tarefa dos Engenheiros da Internet (IETF), a Sociedade da Internet (ISOC) e o Consórcio World Wide Web (W3C) se reuniram para discutir e elaborar propostas alternativas com relação às questões suscitadas pelas denúncias,¹⁴² visando corrigir os rumos e as ameaças ao futuro da Internet mantida sob a égide dos EUA.

No dia 6 e 7 de outubro de 2013, um grupo de representantes das instituições responsáveis pela gestão da infraestrutura da Internet, que se autodenominaram de INET ou *One NET*¹⁴³, produziram o documento “A Declaração de Montevidéu”,¹⁴⁴ no qual foram apresentadas quatro ações estratégicas para manterem o modelo atual de GI tal como está: 1) não criar cisões internas ou fragmentações a nível nacional nos EUA. Em outras palavras, não alimentar confrontos entre setores civis e militares (ICANN versus NSA); 2) rearticular os diferentes setores vinculados ao MSism, para debater e buscar alternativas; ou seja, como no MSM não há consensos, então se busca novas formas de “legitimação” pública; 3) acelerar a globalização das funções da ICANN e da IANA, dentro do MSM, no qual governos e outros setores (*stakeholders*) estão “no mesmo pé de igualdade”; isso quer dizer sem, o caráter multilateralista que garantiria a ampla e soberana representação dos Estados nacionais; 4) dar continuidade a transição técnica global do padrão de IPV4 para o IPV6, para evitar o colapso técnico da Internet. Essas ações estão direcionadas para promoverem a rearticulação do discurso da GI, mas sem chances ou sinal de abertura diplomática ao diálogo com outros governos ou com a ONU.

¹⁴² Ver também em Abraham, 2014, p.41-44. <<http://cis-india.org/internet-governance/blog/vojana-april-2014-who-governs-the-internet.pdf>>

¹⁴³ Conferir o sítio-web da INET em: <<http://1net.org/>>

¹⁴⁴ Conferir no sítio-web da ICANN: *Montevideo Statement on the Future of Internet Cooperation*, Octobre 7, 2013. <<https://www.icann.org/news/announcement-2013-10-07-en>>

Como parte dessas ações da ICANN para recuperar-se do descrédito, produzido pela repercussão na mídia internacional das denúncias sobre as operações ilegais da NSA na Internet, foi elaborado um plano (*ou a fórmula ou mágica?*)¹⁴⁵ a ser executado dois dias depois da redação da Declaração de Montevideu, que iria tentar recuperar a confiança da comunidade internacional e “legitimar” o modelo de representação ICANNiano instituído via MSism, no qual todos - governos e *multi-stakeholders* globais - estariam “em pé de igualdade”.

No dia 07 de Outubro de 2013, após o anúncio da Declaração de Montevideu, o Presidente da ICANN, Fadi Chehadé, viajou de Montevideu à Brasília para encontrar o Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, do PMDB, partido aliado ao Governo, e solicitar uma audiência com a Presidente Dilma Rousseff. Dois dias depois, em 09 de Outubro de 2013, a Presidente Dilma, após o contato estabelecido com Presidente da ICANN, anunciou no seu *Twitter*, que o Brasil hospedará em Abril (23 e 24) de 2014 uma “Conferência multilateral Internacional”, envolvendo representantes de governos, indústria, sociedade civil e da academia. Para uma grande parcela dos setores da opinião pública na Internet, o Brasil ao convocar à comunidade internacional para participar de um evento dessa magnitude, estaria dando um recado de que reagiria contra as violações perpetradas pelo sistema de vigilância em massa adotado internacionalmente pela NSA.

Em novembro de 2013, a partir de uma reunião realizada de forma não transparente, coordenada pela ICANN/INET e pelo segmento da “ICANN brasileira” vinculado ao CGI-Br, o nome do evento foi oficializado: “*Global Multistakeholder Meeting on the Future of Internet Governance - NETMundial*”. Para quem esperava um encontro multilateral para discutir um “*marco civil multilateral para a governança e o uso da Internet*”, essa denominação para esse evento sinalizou que essa missão tornou-se impossível, pois o NETMundial iria ser mais uma reedição do MSM. Ao colocar o MSism como modelo à organização do NETMundial no Brasil, a ICANN conseguiu obter uma grande “vitória política” sobre um dos maiores defensores do discurso multilateralista, o governo Brasileiro.

O CGI-Br, junto à INET e a ICANN, traduziu para o português o termo *multistakeholder* (partes interessadas) como multissetorial, que embora sejam conceitos semelhantes, a palavra multissetorial não tem o mesmo sentido político do termo multilateral. Por isso, essa tradução não passou despercebida e o anúncio do tema do encontro provocou um amplo sentimento de frustração e de ceticismo nas redes sociais.¹⁴⁶

Até Fevereiro de 2014, haviam sido enviados ao Comitê “Multissetorial” Executivo do NETmundial 187 contribuições e pedidos¹⁴⁷ para a formulação dos princípios globais norteadores para a governança da Internet e elaboração de um roteiro para o seu futuro

¹⁴⁵ Mueller and Wagner, 2013. <http://www.internetgovernance.org/wordpress/wp-content/uploads/MiltonBenWPdraft_Final.pdf>

¹⁴⁶ Nothias, 2004. <http://www.huffingtonpost.com/jeanchristophe-nothias/for-more-internet-and-mor_b_5175698.html>

¹⁴⁷ Conferir as a relação de contribuições enviadas ao NETmundial em: <<http://content.netmundial.br/docs/contribs>>

desenvolvimento. Algumas semanas antes do NETmundial começar, ativistas da Our NETmundial publicaram nas redes sociais o manifesto “Pelo Fim da Vigilância Global e por uma Internet Livre.”¹⁴⁸

No dia 8 de Abril de 2014, para surpresa de todos os que estavam se preparando para participar do NETmundial, o WikiLeaks vazou através de seu sítio-web e das redes sociais (@lists.igcaucus.org, @lists.bestbits.net), praticamente 15 dias antes da realização do início do NETmundial, o Documento *NETmundial Executive Stakeholder Committee (EMC) Outcome Document*¹⁴⁹, que pretensamente traria os princípios que seriam definidos após uma consulta pública realizada no evento NETmundial, antes mesmo dele acontecer. Com o vazamento do Documento, o WikiLeaks denunciou a farsa¹⁵⁰ do Comitê “Multissetorial” Executivo e o engodo aos participantes com relação às suas propostas, enviadas previamente, que foram apresentadas e supostamente seriam discutidas para a elaboração do documento final do evento.

Foto 1.
Presidente Dilma Rousseff na Cerimônia de Abertura da NETmundial.



Foto capturada pelo autor em 23 de Abril de 2014.

¹⁴⁸ Ler o manifesto da Our NETmundial: <<http://netmundial.net/pt/index.html>>

¹⁴⁹ Conferir no sítio-web do WikiLeaks o documento *NETmundial Executive Stakeholder Committee (EMC) Outcome Document* : <<http://wikileaks.org/netmundial-outcome/>>

¹⁵⁰ Conferir o artigo de Jérémie Zimmermann sobre a Farsa do NETmundial, escrito em 22 de Abril de 2014: <<http://www.laquadrature.net/en/the-internet-governance-farce-and-its-multi-stakeholder-illusion>>

No dia 23 de Abril de 2014, no discurso de abertura¹⁵¹ a Presidente Dilma (Foto 1), provavelmente por influência dos ICANNianos do CGI-Br, admitindo o MSM - traduzido para o português como Modelo Multissetorial (MM) – se posicionou a favor desse modelo como a melhor forma de exercício da GI, e toma como referência o MM do CGI-Br, criado em 31 de Maio de 1995, pela Administração do Presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), para conduzir o processo de privatização da Internet no Brasil. Se o modelo da MSM da ICANN completou 16 anos de controle da governança global da Internet, o MM do CGI-Br completou 19 anos de gestão neoliberal da Internet no Brasil.

Embora a Presidente Dilma tenha dito que a perspectiva multilateral, como princípio elementar das relações internacionais, está consagrada na Constituição brasileira, para ela não haveria oposição entre multilateralismo e multissetorialismo,

Não vemos, portanto, oposição entre multilateralismo e multissetorialismo. Seu contrário é o unilateralismo, este sim indefensável. Não é democrática uma Internet submetida a arranjos intergovernamentais que excluam os demais setores. Tampouco são aceitáveis arranjos multissetoriais sujeitos à supervisão de um ou de poucos Estados.¹⁵²

Mas, esta oposição existe de fato e pode ser expressa de uma forma bem simples através do processo de participação e de representação entres os atores que formulam o projeto político global para a GI:

Quadro 3. Multilateralismo versus Multissetorialismo

No multilateralismo	No multissetorialismo
A participação dos Estados nacionais deve ocorrer em pé de igualdade, respeitando a soberania de todas as nações, através de seus representantes de Estado.	A participação deve ocorrer em pé de igualdade entre as partes interessadas (representantes da sociedade civil, do setor acadêmico, do setor técnico, do empresariado e do Governo).
Consenso de Estados soberanos.	Pseudo consenso das partes interessadas, devido à proporcionalidade desigual das partes interessadas.

Elaboração própria, 2014.

Mesmo com a crítica efetuada pela diplomacia brasileira e pelo governo brasileiro aos arranjos multissetoriais submetidos à supervisão de um único Estado, o CGI-Br deu apoio ao discurso do MSM e consentiu que a elaboração política do Documento Final do

¹⁵¹ Conferir Discurso da Presidente da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de abertura do Encontro Global Multissetorial sobre o Futuro da Governança da Internet - NET Mundial, São Paulo/SP, 23 Abril 2014. <<http://netmundial.br/wp-content/uploads/2014/04/NETMundial-23April2014-Dilma-Rousseff-Opening-Speech-en.pdf>>

¹⁵² Conferir Discurso da Presidente da República, na abertura do NETmundial, 2014, Idem.

NETmundial,¹⁵³ fosse efetuada pelos representantes vinculados ao grupo dominante da ICANN.

O Documento Final do evento foi muito criticado porque o comitê técnico encarregado de analisar e incorporar as contribuições e solicitações enviadas dos participantes do NETmundial, não fez grandes alterações no documento pré-elaborado antes mesmo da realização do evento, conforme vazado pelo WikiLeaks.

No Documento Final, o tema da neutralidade na rede foi postergado para ser discutido no próximo IGF de Istambul, a ser realizado de 2 a 5 de Setembro de 2014. Outros temas como a descentralização dos servidores da zona raiz (root-servers), sequer foram considerados ou mencionados, embora tenha havido uma gama enorme de sugestões para modificar o modelo centralizado de controle dos 13 servidores da zona raiz. Outros temas, como jurisdição na Internet e vigilância em massa não foram devidamente detalhados, embora o Governo brasileiro, através do Assessor Especial do Ministério da Justiça, Márcio Lopes de Freitas Filho, se posicionou na plenária do dia 24 de Abril de 2014, contra as iniciativas ilegais de vigilância em massa adotada na Internet:

O Governo brasileiro acredita que é muito importante o esforço de construir consensos neste evento. Assim, embora o documento em debate não seja perfeito, embora haja divergências, estamos convencidos de que é um bom documento e que estamos avançando.

Para contribuir com o aprimoramento do texto, o Governo brasileiro quer expressar sua preocupação com a redação do parágrafo 35, sobre vigilância.

A redação atual parece “naturalizar” a vigilância de massa. E essa naturalização não pode ocorrer.

A vigilância arbitrária não é aceitável. A coleta, o tratamento e o uso de dados pessoais só podem ser realizados em procedimentos que respeitem as normas de direitos humanos internacionais.

Conforme temos nos posicionado em todos os fóruns internacionais, inclusive por meio da Resolução proposta em conjunto com a Alemanha na ONU, a vigilância ilegal e a interceptação arbitrária de comunicações são atos intrusivos, que violam os direitos humanos de privacidade e liberdade de expressão. Essas práticas não são aceitáveis, pois contradizem os pilares de uma sociedade democrática.

Nesse sentido, o Governo brasileiro propõe a seguinte alteração na redação no parágrafo 35:

¹⁵³ Conferir o Documento Final do NETmundial, apresentado em 24 de Abril de 2014: <http://netmundial.br/wp-content/uploads/2014/04/NETmundial-Multistakeholder-Document.pdf>

'Mass and arbitrary surveillance undermines trust in the Internet and trust in the Internet governance ecosystem. Collection and treatment of personal data should only be conducted in accordance with international human rights.'

Por fim, enfatizamos que a proteção de dados pessoais é uma grande preocupação do Governo brasileiro. A discussão sobre esse tema deve ser cada vez mais intensificada e fortalecida.'

Durante o NETMundial, ocorreram intensos debates e eventos paralelos com a comunidade da Internet, de suma importância no HUB da Arena NETmundial Participa.br, localizado no Cento Cultural de São Paulo em Vergueiro. Os resultados dos debates, nos espaços de diálogo, foram disponibilizados através de videoconferências no Youtube.¹⁵⁴

O tema da vigilância em massa foi objeto de discussão no Espaço de Diálogo 3 “Soberania digital e vigilância na era da internet”,¹⁵⁵ esse debate, realizado no dia 24 de Abril, contou com as presenças de Natália Viana, jornalista e representante do WikiLeaks no Brasil; Sergio Amadeu, ativista e defensor do Software Livre; Jacob Appelbaum, criador do navegador TOR;¹⁵⁶ Neville Roy Singham, fundador e presidente da Thoughtworks, e a participação online de Julian Assange, exilado há mais de três anos na embaixada do Equador em Londres (Foto 2).

Foto 1. Espaço de Diálogo 3 “Soberania digital e vigilância na era da internet”



Foto capturada pelo autor em 24 de Abril de 2014.

¹⁵⁴ Conferir no Youtube em: <<https://www.youtube.com/user/participabrasil>>

¹⁵⁵ Conferir a reportagem no Participa.br de Igor Natusch, 2004. <<http://www.participa.br/arena/blog/com-presenca-de-assange-vigilancia-e-espionagem-sao-temas-na-arenanetmundial>>

¹⁵⁶ Jacob Appelbaum disponibilizou no seu sítio-web *Leaksource.info*, a videoconferência completa do Espaço de Diálogo 3 e a fala de Julian Assange. <<http://leaksource.info/2014/04/25/jacob-appelbaum-julian-assange-netmundial-2014-wikileaks-netmundial-outcome-document-leak/>>

Para todos os membros desse Espaço de Diálogo, o evento NETmundial jamais teria acontecido se não tivesse tido as denúncias de Edward Snowden sobre os programas de vigilância em massa da NSA. A Jornalista Natália Viana, em 24 de Abril, disse no Espaço de Diálogo 3, que tratou do tema “Soberania digital e vigilância na era da internet”: “*Não falar de espionagem e vigilância é a negação do elefante branco na sala*”.¹⁵⁷

Mas, devido à seleção criteriosa dos participantes, realizado pela equipe da ICANN, as apresentações de propostas foram predominantemente apresentadas por: a) pseudomembros da sociedade civil¹⁵⁸ selecionados por procedimentos não transparentes; b) membros de uma comunidade técnica pertencente, via de regra, ao lobby das empresas e governos vinculados ao grupo dominante da GI; c) por uma pequena comunidade acadêmica profundamente atrelada ao establishment hegemônico.¹⁵⁹

Por isso, durante os dois dias de realização do NETMundial, o que se viu foi uma reedição do MSism ICANNiano e um teatro que teve como coadjuvante o segmento da “ICANN brasileira”, vinculado ao CGI-Br.

Como participante do IGF de 2007 e também do NETMundial¹⁶⁰, pude mais uma vez presenciar a repetição do teatro político das representações do MSism ICANNiano, todos falam e se expressam em um ritual pré-combinado, cujo roteiro pré-escrito e planejado,¹⁶¹ tem por objetivo manter o modelo de governança *multistakeholder* da Internet tal como está.¹⁶²

Considerações finais: As metamorfoses do discurso *unilateralista*

Em 1996, o discurso da “Declaração de Independência do Ciberespaço” representou o ponto de partida para a elaboração de uma concepção que defendia uma Internet livre dos Governos do Mundo Industrial.

Nesse discurso, o ciberespaço era visto como um novo mundo sem fronteiras em que todos podiam entrar e se encontrar em igualdade de condições. Um mundo sem preconceitos

¹⁵⁷ Ver em Natusch, 2004. <<http://www.participa.br/arena/blog/com-presenca-de-assange-vigilancia-e-espionagem-sao-temas-na-arenanetmundial>>

¹⁵⁸ Conferir o artigo *Top Ten Myths About Civil Society Participation in ICANN*, publicado pelo *The Non-Commercial Users Constituency (NCUC)*, em 2009. <<http://thepublicvoice.org/2009/08/top-ten-myths-about-civil-society-participation-in-icann.html>>

¹⁵⁹ Conforme havia alertado Jérémie Zimmermann, 2014, Idem.

¹⁶⁰ Conferir o Documento de minha contribuição no NETmundial, como representante da Comunidade Acadêmica da Rede Geocrítica Internacional e das Associação dos Docentes da UERJ – Asduerj, em Abril de 2014: <<http://content.netmundial.br/contribution/roadmaps-for-a-multilateral-decentralized-internet-governance/217>>

¹⁶¹ Para quem deseja visualizar o planejamento desse roteiro é só visualizar o diagrama de eventos elaborado pela ICANN, com objetivo de manter o MSM: <http://netmundial.br/wp-content/uploads/2014/01/Final-Diagram_Global-Key-Internet-Activities-towards-the-Multistakeholder-Meeting-on-the-Future-of-Internet-Governance-240120141.pdf>

¹⁶² Sardenberg, 2005, Idem.

raciais, sem barreiras econômicas e sem forças militares. Esse discurso foi subsumido pela lógica da privatização¹⁶³ da Internet, implantada na Administração de Bill Clinton.

Nesse governo, a Internet passou a ser identificada como um extraordinário mercado global (*a global marketplace*) de oportunidades, para o comércio eletrônico global sem fronteiras. Para administrar as instituições da Internet e o mercado emergente de concessão de nomes de domínios, o governo dos EUA criou a ICANN, em 1998.

Posteriormente, a ICANN foi transformada em uma *organização multinacional* do governo dos EUA, que tinha como missão administrar a Internet livre da interferência dos governos e introduzir um novo modelo organizacional de gestão de conflitos, baseado em decisões consensuadas produzidas, de baixo para cima, pelas partes interessadas (*stakeholders*) - comunidade técnica, comunidade empresarial, comunidade acadêmica, representantes da sociedade civil, representantes de organizações não governamentais e representantes dos interesses dos consumidores e representantes de governos - que interfeririam consultivamente no processo de gestão da Internet. A defesa desse modelo unilateral de gestão da Internet fez surgir o discurso *stakeholdista*.

Com o crescimento da insatisfação dos representantes de países com o excessivo controle do processo de concessão de DNS pelo governo dos EUA. O governo dos EUA efetua uma reforma, conduzida pela ICANN, que permitiu a participação de representantes de países em conselhos para a governança da Internet.

Os acontecimentos de 11 de setembro de 2001 e a promulgação do *Patriotic Act* marcaram a radicalização do discurso unilateralista. Na Administração George Bush, a Internet passou a ser tratada como o novo teatro da guerra cibernética contra o terrorismo e considerada como uma infraestrutura crítica, pela sua importância estratégica para as economias estadunidense e mundial, a serem protegidas pelos EUA.

Nesse discurso, a Internet que nasceu americana deveria continuar sendo administrada por todos os *stakeholders* dos EUA e livre da interferência dos outros governos. Esse discurso unilateralista ganhou mais força com a ideologia do terror, que apregoava “a guerra ao terrorismo” e o combate às “armas de destruição em massa” de outros países.

O discurso unilateralista é reformulado, impulsionado pela forte reação dos países liderados pela ONU, contrários ao unilateralismo estadunidense. A ONU, através de suas cúpulas e fóruns multilaterais, tomou a iniciativa de tentar coordenar a formulação de princípios para o estabelecimento de uma nova governança da Internet. O discurso que exaltava a participação dos *stakeholders*, na gestão das instituições da Internet, se transformou em algo mais abrangente, que envolveria inclusive aqueles que apresentavam objeções ao modelo de GI, e fez surgir o discurso *multi+stakeholdista* para combater a difusão do discurso multilateralista.

¹⁶³ Ver o artigo de Denardis, 2010.

<<http://api.ning.com/files/8q30Xud1XrmD6Sd5rOiSolcw3agdQi5NNNoWZrQGmOIpKc0fdqfKN0Ax5Z8ZypNexdCwBicqDKcADrRU5hs4ZQjBy0RPTgBmK/DENARDISThePrivitizationofInternetGovernance.pdf>>

As iniciativas da ONU foram avaliadas, pelo Governo dos EUA, como uma ameaça à Internet Livre. A mídia estadunidense e setores empresariais vinculados à Internet realizaram uma campanha de demonização da ONU, liderada pelo Google, com o slogan: *Um mundo livre e aberto depende de uma Web livre e aberta.*

Para esses setores, há uma guerra em curso pelo controle da Internet, na qual as forças do mal representada pela ONU e os “países autoritários”, tentam destruir as forças do bem, representadas pela figura da Internet livre estadunidense. O discurso unilateralista foi novamente reestabelecido na Administração Barack Obama, sob o signo da defesa da Internet livre de governos.

O discurso unilateralista avançou e incorporou a contribuição de governos aliados e os colocou na condição de consultores *multistakeholdistas*, sem direito a voto, mas como participantes na mesma condição de igualdade, de todos os integrantes das comunidades *stakeholdistas* pró-EUA. O discurso *multistakeholdista* da ICANN foi transformado em modelo de sucesso (paradigma), e passou a ser utilizado na organização dos IGF, e também nas Cúpulas da ONU (WCIT, WSIS).

Com as revelações e denúncias de Edward Snowden, em Junho de 2013, sobre o uso pela NSA de programas ilegais de vigilância em massa na Internet, para a coleta de dados de pessoais, interceptação de mensagens e e-mails, monitoramento online de smartphones e tecnologias móveis, o discurso *multistakeholdista* da Internet livre ficou mais difícil de ser aceito.

As denúncias de Snowden revelaram: *Um mundo vigiado e fechado controlado pela Web vigiada e fechada da NSA* que contradiz o discurso: *Um mundo livre e aberto depende de uma Web livre e aberta.* A indignação com a perda de privacidade, a perda de confiança nas instituições que controlam a governança da Internet e nas companhias de tecnologia dos EUA, contribuíram para ampliar os questionamentos sobre o atual modelo *multistakeholder* de GI.

A iniciativa da ICANN e da INET de organizarem o “Encontro Multissetorial Global Sobre o Futuro da Governança da Internet – NETMundial”, apoiado pelo CGI-Br, teve o propósito de legitimar e de reeditar o desgastado modelo *multistakeholder* de GI, traduzido para o português como multissetorial, cujo roteiro tautológico continua a ter, como objetivo central, a manutenção unilateral da GI controlada pelos EUA.

Para superar o discurso *multistakeholdista*, a sociedade civil organizada, os movimentos sociais em redes e os atores públicos e privados precisam se engajar nas lutas e discussões, para a construção de um modelo de governança da Internet contra hegemônico e unilateral, que seja presidido: a) por uma organização mundial para Internet, que represente verdadeiramente os interesses de todos os Estados nacionais e que garanta a neutralidade da rede e respeite a Internet como bem comum; b) por uma carta mundial da Internet que tenha como princípio a defesa à privacidade, à liberdade de expressão e que promova o acesso livre e universal à Internet e ao software livre; c) por um tribunal com jurisdição internacional de arbitragem, que cumpra as leis previstas nessa carta da Internet e que atue

contra todo e qualquer sistema de vigilância em massa e demais crimes que possa ameaçar os direitos humanos e a livre organização da sociedade.

Bibliografia

ABRAHAM, Sunil. Who Governs the Internet? Implications for Freedom and National Security. Bangalore, India: *Centre for Internet and Society (CIS)*, Apr 04, 2014. <<http://cis-india.org/internet-governance/blog/yojana-april-2014-who-governs-the-internet.pdf>> [15 de Abril de 2014]

APPELBAUM, Jacob. Jacob Appelbaum & Julian Assange @ NETmundial 2014 (+ WikiLeaks NETmundial Outcome Document Leak). *Leaksource.info*, April 25, 2014. <<http://leaksource.info/2014/04/25/jacob-appelbaum-julian-assange-netmundial-2014-wikileaks-netmundial-outcome-document-leak/>> [29 de Abril de 2014]

ARTHUR, Charles. Internet remains unregulated after UN treaty blocked. *The Guardian*, December 14, 2012. <<http://www.theguardian.com/technology/2012/dec/14/telecoms-treaty-internet-unregulated>> [15 de Abril de 2014]

BARLOW, John Perry. A Declaration of the Independence of Cyberspace. *The Electronic Frontier Foundation*, 1996. <<https://projects.eff.org/~barlow/Declaration-Final.html>> [15 de Abril de 2014]

BERKENS, Michael. ICANN Approves \$200 Million Dollar Budget For 2014; 306 Employees & Still No Revenue From New gTLD Auctions. *The Domains*, August 27, 2013. <<http://www.thedomains.com/2013/08/27/icann-approves-200-million-dollar-budget-for-2014-306-employees-still-no-revenue-from-new-gtld-auctions/>> [15 de Abril de 2014]

BERNERS-LEE, Tim; CAILLIAU, Robert; LOUTONEN, Ari; NIELSEN, Henrik Frystyk and SECRET, Arthur. The World Wide Web. In WARDRIP-FRUIIN, Noah and MONTFORT, Nick (Ed.). *The New Media Reader*. London: The MIT Press. 2003, p. 791-798. This paper was originally published also in: *Communications of the ACM*, 37(8):907-912. August 1994.

BOSKER, Bianca. Rojadirecta.org One Of Several Sites SEIZED By U.S. Authorities. *The Huffington Post*, February 2, 2011. <http://www.huffingtonpost.com/2011/02/02/rojadirecta-org-seized_n_817458.html> [15 de Abril de 2014]

CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Editora Contexto, 2006. 2ª Edição. 555p.

CUKIER, Kenneth Neil. Who Will Control the Internet? *Foreign Affairs*, December, 2005. <<http://www.mafhoum.com/press9/254T44.htm>> [15 de Abril de 2014]

DEIBERT, Ronald J. Bounding Cyber Power: Escalation and Restraint in Global Cyberspace. *Internet Governance Papers*, Paper N° 6 — October, The Centre for International Governance Innovation – CIGI, 2013.

<http://www.cigionline.org/sites/default/files/no6_2.pdf> [15 de Abril de 2014]

DENARDIS, Laura. The Privatization of Internet Governance. *Fifth Annual GigaNet Symposium*, Vilnius, Lithuania, 2010.

<<http://api.ning.com/files/8q30Xud1XrmD6Sd5rOiSolcw3agdQi5NNoWZrQGmOIpKc0fdqfKN0Ax5Z8ZypNexdCwBicqDKcADrRU5hs4ZQjBy0RPTgBmK/DENARDISThePrivitizationofInternetGovernance.pdf>> [15 de Abril de 2014]

DENARDIS, Laura and RAYMOND, Mark. Thinking Clearly about Multistakeholder Internet Governance. *Eighth Annual GigaNet Symposium*, Bali, Indonesia, 2013.

<http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2354377> [15 de Abril de 2014]

DAMAK-AYADI, Salma and PESQUEUX, Yvon. Stakeholder theory in perspective. In *Sciences de l'Homme et de la Société*, Corporate Governance, (HAL-SHS) -00154129, 5, 2 (2005), pp. 5-21. <<http://halshs.archives-ouvertes.fr/docs/00/15/41/29/PDF/CG2005.pdf>> [15 de Abril de 2014]

FELITTI, Guilherme. Gilberto Gil defende mandato da ONU para administração da internet. *IDG Now*, 13 de novembro de 2007.

<<http://www.nic.br/imprensa/clipping/2007/midia644.htm>> [15 de Abril de 2014]

FRANCIS, David. Russia threatens to build a separate Internet. *Foreign Policy*, 03 de Janeiro de 2008.

<http://blog.foreignpolicy.com/posts/2008/01/03/russia_threatens_to_build_a_separate_internet> [15 de Abril de 2014]

FREEMAN, R. Edward. *Strategic Management: A Stakeholder Approach*. Cambridge University Press, 2010.

FREEMAN, R. Edward and PHILLIPS, Robert A. Stakeholder Theory: A libertarian defense. *Business Ethics Quarterly*, Volume 12. Issue 3, 2002, pp. 331-349.

<https://noppa.aalto.fi/noppa/kurssi/51a00210/materiaali/51A00210_freeman_phillips_stakeholder_theory_a_libertarian_defense_2.pdf> [15 de Abril de 2014]

FROOMKLIM, A. Michael. Wrong Turn in Cyberspace: Using Ican to Route Around the Apa And the Constitution. *Duke Law Journal*, Vol. 50, p.17-184, 2000.

<<http://osaka.law.miami.edu/~froomkin/articles/icann.pdf>> [15 de Abril de 2014]

GOLDSMITH, Jack & WU, Tim. *Who Controls the Internet? Ilusions of a bordless world*. NewYork: Oxford, 2006.

GORMAN, Siobhan. Cybersecurity Chief Resigns. *The Wall Street Journal*, March 7, 2009. <<http://online.wsj.com/news/articles/SB123638468860758145?mg=reno64->

[wsj&url=http%3A%2F%2Fonline.wsj.com%2Farticle%2FSB123638468860758145.html](http://www.wsj.com/article/SB123638468860758145.html)> [15 de Abril de 2014]

HALLIDAY, Josh. Online innovation threatened by governments, Clinton adviser warns. *The Guardian*, June 20, 2012. <<http://www.theguardian.com/world/2012/jun/20/hillary-clinton-online-innovation>> [15 de Abril de 2014]

ITU/UN. Final Acts* of *The World Conference on International Telecommunications*, Dubai, 2012. <<http://www.itu.int/en/wcit-12/Documents/final-acts-wcit-12.pdf>> [15 de Abril de 2014]

LEOPOLD, Jason. Exclusive: National Security Agency head and Internet giant's executives have coordinated through high-level policy discussions: Emails reveal close Google relationship with NSA. *Aljazeera.com*, May 6, 2014. <http://america.aljazeera.com/articles/2014/5/6/nsa-chief-google.html?utm_source=digg&utm_medium=twitter> [7 de Maio de 2014]

LEWIS, Neil A. Traces of Terror: Civil Liberties; Echo of F.B.I. Abuses in Queries on New Role. *The New York Times*, June 13, 2002. <<http://www.nytimes.com/2002/06/13/us/traces-of-terror-civil-liberties-echo-of-fbi-abuses-in-queries-on-new-role.html>> [15 de Abril de 2014]

LYNN, M. Stuart. President's Report: ICANN - The Case for Reform. *Internet Corporation for Assigned Names and Numbers ICANN*, 24 February 2002. <<http://archive.icann.org/en/general/lynn-reform-proposal-24feb02.htm>> [15 de Abril de 2014]

LYNN, William J. Defending a new domain. *Foreign Affairs*, October, 2010 <<http://www.foreignaffairs.com/articles/66552/william-j-lynn-iii/defending-a-new-domain>> [15 de Abril de 2014]

KLEINWACHTER, Wolfgang. From Self-Governance to Public-Private Partnership: The Changing Role of Governments in the Management of the Internet's Core Resources, 36 *Loy. L.A. L. Rev.* 1103, 2003. <<http://digitalcommons.lmu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2370&context=llr>> [15 de Abril de 2014]

KREBS, Brian. White House Taps Tech Entrepreneur For Cyber Defense Post. *The Washington Post*, March 19, 2008. <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2008/03/19/AR2008031903125.html>> [15 de Abril de 2014]

KOMAN, Richard. Karl Auerbach: ICANN "Out of Control". In *Oreillynet*, May 12, 2002. <<http://www.oreillynet.com/pub/a/policy/2002/12/05/karl.html>> [15 de Abril de 2014]

MACKEY, Steve. Misuse of the term 'stakeholder' in public relations. *PRism Journal* 4 (1), 2006.

http://www.prismjournal.org/fileadmin/Praxis/Files/Journal_Files/2006_general/Mackey.pdf [15 de Abril de 2014]

MACKEY, Steve. A sophistic rhetorical approach to public relations. *PRism Journal* 10 (1), 2013. <http://www.prismjournal.org/fileadmin/10_1/Mackey.pdf> [15 de Abril de 2014]

MCCARTHY, Kieren. ICANN works Harry Potter magic on net. *The Register*, December 2, 2004. <http://www.theregister.co.uk/2004/12/02/icann_harry_potter_magic/> [15 de Abril de 2014]

MCCULLAGH, Declan. U.S. to retain control of Internet domain names. *CNET News*, June 30, 2005. <http://news.cnet.com/U.S.-to-retain-control-of-Internet-domain-names/2100-1028_3-5770937.html> [15 de Abril de 2014]

METZ, Cade. Remembering Jon Postel — And the Day He Hijacked the Internet. *Wired*, October 15, 2012. <<http://www.wired.com/2012/10/joe-postel/>> [15 de Abril de 2014]

MCLAUGHLIN, Andrew. The Virtues of Deliberative Policymaking: A Response to “Public Participation in ICANN”, In Public Participation in ICANN: A Preliminary Study, Edited by John Palfrey, Clifford Chen, Sam Hwang, and Noah Eisenkraft. *Berkman Center for Internet & Society at Harvard Law School*, December 17, 2003. <<http://cyber.law.harvard.edu/mclaughlin/>> [15 de Abril de 2014]

MICHLICK, Frank. US Authorities Seize Domain Names of Download Sites. *Domain Name News*, June 2, 2010. <<http://www.domainnamenews.com/legal-issues/feds-seize-domain-names-download-sites/7815>> [15 de Abril de 2014]

MILLS, Elinor. Groups protest ICANN plans. *CNN.com/IDG*, November 13, 1998. <<http://edition.cnn.com/TECH/computing/9811/13/icant.idg/>> [15 de Abril de 2014]

MULLER, L. Milton. *Networks and States: The Global Politics of Internet Governance*. The MIT Press, Cambridge, 2010. <http://pages.uoregon.edu/koopman/courses_readings/phil123-net/intro/mueller_networks-and-states.pdf> [15 de Abril de 2014]

MUELLER, Milton and WAGNER, Ben. Finding a Formula for Brazil: Representation and Legitimacy in Internet Governance. *Internet Governance*, 2013. <http://www.internetgovernance.org/wordpress/wp-content/uploads/MiltonBenWPdraft_Final.pdf> [15 de Abril de 2014]

NATUSCH, Igor. Com presença de Assange, vigilância e espionagem são temas na #ArenaNETmundial. *Participa.br*, 24 de Abril de 2014. <<http://www.participa.br/arena/blog/com-presenca-de-assange-vigilancia-e-espionagem-sao-temas-na-arenanetmundial>> [28 de Abril de 2014]

NELSON, Claudia. The Militarisation of the United States. *Global Research*, May 24, 2007. <<http://www.globalresearch.ca/the-militarisation-of-the-united-states/5744>> [15 de Abril de 2014]

NOTHIAS, Jean-Christophe. For More Internet, and More Democracy, Forget NetMundial and ICANN. *The Huffington Post*, April 22, 2014. <http://www.huffingtonpost.com/jeanchristophe-nothias/for-more-internet-and-mor_b_5175698.html> [15 de Abril de 2014]

NOTHIAS, Jean-Christophe. The Asymmetrics, the WEF, ICANN, Brazil, and the 'Little Red Book' of Multistakeholderism. *The Huffington Post*, January 27, 2014. <http://www.huffingtonpost.com/jeanchristophe-nothias/the-asymmetrics-the-wef-i_b_4654438.html> [15 de Abril de 2014]

NOTHIAS, Jean-Christophe. The Hypocrisy Threatening the Future of the Internet. *The Global Journal*, November 22, 2012. <<http://theglobaljournal.net/article/view/904/http://theglobaljournal.net/article/view/904/>> [15 de Abril de 2014]

PALFREY, John. The end of the experiment: How ICANN's foray into global internet democracy failed. In: *Harvard Journal of Law & Technology* 17(2), p. 409-473, 2004. <<http://jolt.law.harvard.edu/articles/pdf/v17/17HarvJLTech409.pdf>> [15 de Abril de 2014]

PARK, Toby. Academic Capitalism and its Impact on the American Professoriate. *Journal of the Professoriate*, (6)1, 2011, pp. 84 - 99. <http://jotp.icbche.org/2012/6_1_Park_84_finalBBJ.pdf> [15 de Abril de 2014]

PIRES, Hindenburgo Francisco. Governança Global da Internet: A representação de topônimos de países no ciberespaço. *Scripta Nova*. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2008, vol. XII, núm. 270 (151). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-270/sn-270-151.htm>> [15 de Abril de 2014]

PIRES, Hindenburgo Francisco. Desregulação financeira no capitalismo gestor de dinheiro: O endividamento dos EUA e das economias centrais. *Biblio 3W*. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 25 de febrero de 2012, Vol. XVII, nº 963. <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-963.htm>> [15 de Abril de 2014]

PIRES, Hindenburgo Francisco. Estados nacionais, soberania e regulação da Internet. *Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de noviembre de 2012, vol. XVI, nº 418 (63). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-418/sn-418-63.htm>> [15 de Abril de 2014]

PIRES, Hindenburgo Francisco. Geografia das Indústrias Globais de Vigilância em Massa: Limites à liberdade de expressão e organização na Internet. *Ar@cne*. Barcelona:

Universidad de Barcelona, nº 183, 1 de Abril de 2014.

<<http://www.ub.es/geocrit/ aracne/ aracne-183.htm>> [15 de Abril de 2014]

POINTER, Rebecca. Power and ideology are the keys to communicating research. In *The Webinar and Information and Communications Officer at the Institute for Poverty, Land and Agrarian Studies (PLAAS)*, 2014. <<http://www.politicsandideas.org/?p=1604>> [15 de Abril de 2014]

POSTEL, Jon. Domain Name System Structure and Delegation. Network Working Group J. Postel, *Request for Comments ISI - RFC 1591*, Category: Informational March 1994. <<https://www.rfc-editor.org/rfc/rfc1591.txt>> [15 de Abril de 2014]

POULOUDI, Athanasia. Aspects of the Stakeholder Concept and their Implications for Information Systems Development. In *Proceedings of the 32nd Hawaii International Conference on System Sciences*, 1999. <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.108.2768&rep=rep1&type=pdf>> [15 de Abril de 2014]

RHOADES, Gary and SLAUGHTER, Sheila. Academic Capitalism in the New Economy: Challenges and Choices. In: *American Academic*, 1: 37-60, 2004. <<http://www.aft.org/pdfs/highered/academic/june04/Rhoades.qxp.pdf>> [15 de Abril de 2014]

RISEN, James and LICHTBLAU, Eric. Bush Lets U.S. Spy on Callers Without Courts. *The New York Times*, 2005. <<http://www.nytimes.com/2005/12/16/politics/16program.html>> [15 de Abril de 2014]

RISEN, James and LICHTBLAU, Eric. Control of Cybersecurity Becomes Divisive Issue, *The New York Times*, April 16, 2009. <<http://www.nytimes.com/2009/04/17/us/politics/17cyber.html>> [15 de Abril de 2014]

ROMAN, Reece. What if ICANN Can't?: Can the United Nations Really Save the Internet? *JOST - Syracuse Science and Technology Law Reporter, Syracuse University College of Law*, 2005, pp.01-34. <http://jost.syr.edu/wp-content/uploads/what-if-icann-cant_can-the-united-nations-really-save-the-internet.pdf> [15 de Abril de 2014]

ROBERTS, Michael. ICANN's "Unelected" Crisis. *CircleID - Internet Infrastructure*, September 05, 2011. <http://www.circleid.com/posts/20110905_icanns_unelected_crisis/> [15 de Abril de 2014]

RYAN, Stephen. Governing Cyberspace: ICANN, a Controversial Internet Standards Body. In *Intellectual Property Practice Group Newsletter - Volume 3, Issue 2, Summer 1999*. <<http://www.fed-soc.org/publications/detail/governing-cyberspace-icann-a-controversial-internet-standards-body>> [15 de Abril de 2014]

SARDENBERG, Ronaldo Mota. Brasil, política multilateral e Nações Unidas. *Instituto de Estudos Avançados*, Vol.19, Nº.53, São Paulo, Janeiro/Abril, 2005.
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142005000100023&script=sci_arttext> [15 de Janeiro de 2007]

SHANKLAND, Stephen. ICANN replaces CEO, head of massive domain-name change. CNET, June 22, 2012. <<http://www.cnet.com/news/icann-replaces-ceo-head-of-massive-domain-name-change/>> [15 de Abril de 2014]

SINGEL, Ryan. Cyberwar Hype Intended to Destroy the Open Internet. *Wired*, March 1, 2010. <<http://www.wired.com/2010/03/cyber-war-hype/>> [15 de Abril de 2014]

SINGEL, Ryan. NSA Must Examine All Internet Traffic to Prevent Cyber Nine-Eleven, Top Spy Says. *Wired*, January 15, 2008. <<http://www.wired.com/2008/01/feds-must-exami/>> [15 de Abril de 2014]

SMITH, Gerry. Former Government Officials Stand To Profit From Cybersecurity Boom. *The Huffington Post*, September 14, 2011.
<http://www.huffingtonpost.com/2011/09/15/former-government-officials-cybersecurity-boom_n_958790.html> [15 de Abril de 2014]

SHRADER, Ralph and MCCONNELL, Mike. Security and Strategy in the Age of Discontinuity: A Management Framework for the Post-9/11 World. *Strategy & Business*, January 9, 2002. <<http://www.strategy-business.com/article/11439>> [15 de Abril de 2014]

SWARTZ, Aaron. Guerilla Open Access Manifesto. *Arquive.org*, Julho de 2008.
<http://archive.org/stream/GuerillaOpenAccessManifesto/Goamjuly2008_djvu.txt> [10 de Janeiro de 2012]

DOC and ICANN. Memorandum of Understanding between the U.S. Department of Commerce and Internet Corporation for Assigned Names and Numbers, November 25 1998. <<http://www.icann.org/en/about/agreements/mou-jpa/icann-mou-25nov98-en.htm>> [15 de Abril de 2014]

TASSI, Paul. The Internet Will Stay Free from Government Control with UN Treaty Blocked. *Forbes*, December 14, 2012.
<<http://www.forbes.com/sites/insertcoin/2012/12/14/the-internet-will-stay-free-from-government-control-with-un-treaty-blocked/>> [15 de Abril de 2014]

THE NON-COMMERCIAL USERS CONSTITUENCY (NCUC). Top Ten Myths About Civil Society Participation in ICANN. *The Public Voice*, August 21, 2009.
<<http://thepublicvoice.org/2009/08/top-ten-myths-about-civil-society-participation-in-icann.html>> [15 de Abril de 2014]

THE WHITE HOUSE. The Framework for Global Electronic Commerce, 33 Weekly Com. Pres. Docs. 1006, July 1, 1997. <<http://clinton4.nara.gov/WH/New/Commerce/read.htm>> [15 de Abril de 2014]

TIMBERG, Craig. U.S. to relinquish remaining control over the Internet. *The Washington Post*, March 14, 2014. <http://www.washingtonpost.com/business/technology/us-to-relinquish-remaining-control-over-the-internet/2014/03/14/0c7472d0-abb5-11e3-adbc-888c8010c799_story.html> [15 de Abril de 2014]

YOUNGE, Gary. Bush administration to keep control of internet's central computers. *The Guardian*, July 5, 2005. <<http://www.theguardian.com/technology/2005/jul/02/usnews.internationalnews>> [15 de Abril de 2014]

ZIMMERMANN, Jérémie. The “Internet Governance” Farce and its “Multi-stakeholder” Illusion. *La Quadrature du NET*, 22 de Abril de 2014. <<http://www.laquadrature.net/en/the-internet-governance-farce-and-its-multi-stakeholder-illusion>> [25 de Abril de 2014]

WARF, Barney. *Encyclopedia of Geography*. London: Sage Publications, 2006. 638p.

ANEXO 1

Siglas de actores por funções estratégicas

1ª Função – DoC - United States Department of Commerce, ICANN-Internet Corporation for Assigned Names and Numbers, IANA-Internet Assigned Numbers Authority, NTIA-National Telecommunications and Information Administration, IETF-Internet Engineering Task Force, RIRs-Regional Internet Registries, LIR-Local Internet Registry, NIR-National Internet Registry, ISPs-Internet Service Providers, VeriSign, Cogent, DoD - United States Department of Defense.

2ª Função - IANA-Internet Assigned Numbers Authority, IEEE-Institute of Electrical and Electronics Engineers, IETF-Internet Engineering Task Force, W3C-World Wide Web Consortium, ITU-International Telecommunication Union, MPEG-Moving Picture Experts Group, JPEG-Joint Photographic Experts Group, ISO-International Organization for Standardization, SCs-Software Companies/Microsoft, Google, Apple, Facebook, etc.

3ª Função - IEPOs-Internet Exchange Point Operators, CNs-Content Networks, CDNs-Content Distribution Network, PNOs-Private Network Operators, IETF-Internet Engineering Task Force, FCC - Federal Communications Commission, NTIA-National Telecommunications and Information Administration.

4ª Função - ISPs-Internet Service Providers, NOs-Network Operators, PEUs-Private End Users, SSOs-Standards-Setting Organizations, SCs, NS/MS-National Statutes/Multilateral Agreements, IETF-Internet Engineering Task Force, CERTs/CSIRTs-Computer Emergency

Response Teams/Computer Security Incident Response Teams, CAs-Certificate Authorities, NSA-National Security Agency.

5ª Função - E-CSs-E-Commerce Sites, FIs-Financial Intermediaries, SEs-Search Engines, SMCs-Social Media Companies, CASs-Content Aggregation Sites, SPs-Smartphone Providers, CIs-Content Intermediaries, SCL-Statutory and Constitutional Law, Content Intermediaries, NOs-Network Operators.

6ª Função - ICANN/UDRP-Internet Corporation for Assigned Names and Numbers/Uniform Domain-Name Dispute-Resolution Policy, RIs-Registrars, ADRPs-Accredited Dispute Resolution Providers, CIs-Content Intermediaries, SECs-Search Engine Companies, RIs/RRs-Registries/Registrars, NSs-National Statutes, ITs-International Treaties, SSOs-Standards-Setting Organizations, SEs-Search Engines, REs-Reputation Engines, DJ - Department of Justice, CCNIPR - Coordination Center of National Intellectual Property Rights, DHS - Department of Homeland Security, ICE - United States Immigration and Customs Enforcement.

ANEXO 2

Levantamento da evolução anual do orçamento da ICANN de 2001 a 2014:

2014 - <https://www.icann.org/en/system/files/files/adopted-opplan-budget-fy14-22aug13-en.pdf>

2013 - <https://www.icann.org/en/system/files/files/adopted-opplan-budget-fy13-24jun12-en.pdf>

2012 - <https://www.icann.org/en/system/files/files/adopted-opplan-budget-fy12-09sep11-en.pdf>

2011 - <https://www.icann.org/en/system/files/files/ops-budget-framework-fy2011-15feb10-en.pdf>

1010 - <https://www.icann.org/en/system/files/files/ops-budget-framework-10-17feb09-en.pdf>

2009 - <https://www.icann.org/en/system/files/files/proposed-opplan-budget-v3-fy09-25jun08-en.pdf>

2008 - <https://www.myicann.org/2008-06-26-operating-plan-and-budget-fiscal-year-2008-2009?language=fr>

2007 - <https://www.icann.org/resources/unthemed-pages/adopted-budget-2007-06-29-en>

<https://www.icann.org/en/system/files/files/adopted-budget-fy6-07-30jun06-en.pdf>

- 2006 - <https://www.icann.org/resources/unthemed-pages/adopted-budget-2005-08-12-en>
- 2005 - <https://www.icann.org/resources/unthemed-pages/adopted-budget-2005-08-12-en#ProposedBudgetSchedulesandNotes>
- 2004 - <https://www.icann.org/resources/unthemed-pages/budget-fy04-05-2004-10-06-en>
http://news.cnet.com/U.S.-to-retain-control-of-Internet-domain-names/2100-1028_3-5770937.html
- 2003 - <https://www.icann.org/en/system/files/files/preliminary-budget-15mar03-en.pdf>
- 2002 - <https://www.icann.org/resources/unthemed-pages/budget-fy02-03-2002-06-28-en>
- 2001 - <https://www.icann.org/resources/unthemed-pages/proposed-budget-2001-05-14-en>